



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**GISÉLIA SILVA LEONARDO**

**PANDEMIA DA COVID-19 NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS  
NA BAHIA**

Salvador  
2021

**GISÉLIA SILVA LEONARDO**

**PANDEMIA COVID-19 NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA  
BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Desenvolvimento regional Economia solidária Saúde Coletiva: Análise empírica.

Orientador: Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha.

Salvador  
2021

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Leonardo, Gisélia Silva.

L581 Pandemia Covid-19 nas cooperativas agropecuárias na Bahia. / Gisélia Silva Leonardo. 2021.  
61 f. il.; fig.; quad.; graf.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha.

1.Cooperativas agropecuárias – Bahia. 2.Cooperativismo. 3.Covid-19. 4.Desenvolvimento regional. 5.Economia da saúde. I. Rocha, Alynson dos Santos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia.

CDD 334.098142

**GISÉLIA SILVA LEONARDO**

**PANDEMIA COVID-19 NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

---

**Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha**

Universidade Federal da Bahia- UFBA

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edna Maria da Silva**

Universidade Federal da Bahia- UFBA

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia- UFBA

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter atendido as minhas orações nas quais eu sempre pedia ânimo e persistência para seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis.

A Mainha, por todo amor, por todas as palavras de encorajamento ou quando simplesmente me diz “*quem procura aguenta...*”

A esta Universidade, todos os professores e professoras que compartilharam seus conhecimentos não somente acadêmicos, mas, de vida na nossa formação enquanto, seres humanos e economistas. A direção e colegiado, que sempre tinham um café quentinho e a prontidão em atender as minhas demandas (e olha que foram muitas), administração, ao departamento e aos funcionários e funcionárias terceirizadas por cuidarem do nosso espaço.

Ao meu orientador Alynson Rocha que mesmo diante da escassez de tempo me deu todo suporte com suas contribuições e tranquilidade.

Obrigadas a todos e todas as colegas, amigos e amigas com quem compartilhei todos esses anos, conhecimento, risadas, lágrimas, ou uma simples conversa, fosse no corredor ou no jardim.

Obrigada especialmente a minha amiga linda Cláudia (Cláudia Hermano), por tudo! Eu não conseguiria encontrar palavras que fossem capazes de expressar a minha gratidão por você. A minha Mana (Artimisa Aissatú Baldé) por atravessar o atlântico e passar a fazer parte da minha vida. A Luísa Lobão pelo companheirismo e amizade desde o primeiro dia de aula.

A Jerfesson Silveira, Valdinei Barreto e Amanda, sem a cooperação de vocês esse trabalho final não seria o mesmo.

A todos e todas que eu não citei aqui, mas que estão no meu coração e fizeram parte, direta ou indiretamente dessa caminhada, muitíssimo obrigada!

## RESUMO

Essa pesquisa visa fazer uma análise dos impactos da pandemia de COVID-19 nas cooperativas agropecuárias do estado da Bahia no ano de 2020. A pesquisa se baseia na análise histórica sobre o cooperativismo no mundo e no Brasil, sob as perspectivas econômicas, jurídicas, políticas e sociais. Paralelo às referências sobre o sistema de cooperativas é feita uma abordagem sobre a pandemia de COVID-19, apresentando seu conceito, marco inicial no mundo, e alcance no Brasil e no estado da Bahia. O trabalho apresenta um breve perfil de cooperativas selecionadas e os impactos causados pela pandemia em suas relações comerciais, de acordo com suas especificidades no aspecto histórico, regional, cultural e socioeconômico. Para este fim, foi realizado um estudo de casos múltiplos, que investigou quatro diferentes cooperativas, com atividades principais distintas, bem como o território identidade. Embora a maior parte das cooperativas tenham declarado sentir os impactos negativos da pandemia, existem assimetrias por região, por produto comercializado, relação com o produtor e o cultivo. As informações fornecidas reforçam a importância da ampliação da pesquisa com parâmetros e indicadores socioeconômicos sobre as demais cooperativas existentes no estado e no Brasil.

**Palavras-chave:** cooperativismo; cooperativa agropecuária; COVID-19; comercialização; pandemia.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the COVID-19 pandemic on agricultural cooperatives in the state of Bahia in 2020. The research is based on the historical analysis of cooperativism in the world and in Brazil, from the economic, legal, political perspectives and social. Parallel to the references on the cooperative system, an approach is made to a COVID-19 pandemic, its concept, an initial landmark in the world, and scope in Brazil and in the state of Bahia. The work presents a brief profile of selected cooperatives and the impacts caused by the pandemic on their commercial relations, according to their specificities in the historical, regional, cultural and socioeconomic aspects. For this purpose, a multiple case study was carried out, which investigated four different cooperatives, with different main activities, as well as the identity territory. Although most cooperatives have declared to feel the negative acts of the pandemic, there are asymmetries by region, by product sold, relationship with the producer and the crop. The information provided reinforces the importance of expanding research with socioeconomic parameters and indicators on other cooperatives in the state and in Brazil.

**Keywords:** cooperatives; agricultural cooperative; COVID-19; commercialization; pandemic.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCB	BANCO CENTRAL DO BRASIL
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS
CMN	CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
CNT	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES
COAFOR	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE FORMOSA DO RIO PRETO
COOPAG	COOPERATIVA AGRÍCOLA GANDU
COOPAITA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA
COPELILJ	COOPERATIVA DOS PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE LEITE E SEUS DERIVADOS EM JEQUIE
COVID-19	CORONA VIRUS DISEASE 2019
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
OCB	ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
OCEB	ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PAEG	PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
SEI	SECRETARIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
SEPLAN	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
SESAB	SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Número de cooperativas por região .....	20
Quadro 1- Ramos do cooperativismo.....	20
Gráfico 2- Ramos do cooperativismo por região .....	21
Gráfico 3-Cooperativas agropecuárias no Brasil em 2020.....	28
Gráfico 4- Participação do setor agropecuário no PIB baiano de 2003 a 2020.....	33
Gráfico 5- Participação das cooperativas agropecuárias no cooperativismo da Bahia em 2020 .....	33
Quadro 2- Cooperativas agropecuárias do estado da Bahia em 2020.....	35
Gráfico 6- Efeitos da pandemia do coronavírus sobre os setores econômicos em 2020.....	40
Figura 1- Distribuição do acumulado de casos confirmados por COVID-19 por semana epidemiológica .....	41
Gráfico 7- <i>Ranking</i> dos municípios com maiores números de casos confirmados.....	42
Quadro 3- Cooperativas agropecuárias selecionadas na Bahia em 2020.....	43
Quadro 4- Questionário aplicado às cooperativas agropecuárias selecionadas em 2020.....	54

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Número de cooperativas agropecuárias na região Nordeste.....	31
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A ORIGEM DO COOPERATIVISMO</b>	13
<b>3 COOPERATIVISMO NO BRASIL</b>	14
3.1 AS PARTICULARIDADES DO COOPERATIVISMO REGIONAL	16
3.2 OS DIFERENTES RAMOS DO COOPERATIVISMO	20
<b>4 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL</b>	26
4.1 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA REGIÃO NORDESTE E SUAS ESPECIFICIDADES	30
4.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA	32
<b>5 A PANDEMIA DA COVID 19</b>	38
5.1 A BAHIA E A COVID-19	40
<b>6 AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E A COVID-19</b>	42
<b>7 METODOLOGIA</b>	53
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	56
<b>REFERÊNCIAS</b>	58

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os impactos da COVID-19 em cooperativas agropecuárias do estado da Bahia, substancialmente o processo de comercialização e de trabalho, neste ramo de atividade, no ano de 2020. O objetivo da pesquisa é investigar de que maneira a pandemia impactou cada uma das cooperativas selecionadas haja vista que a COVID-19 trouxe mudanças em todos os setores da economia, em todas as regiões do mundo, fosse no setor urbano ou rural.

Inicialmente este trabalho apresenta brevemente a trajetória histórica do cooperativismo no mundo. O surgimento, quais foram os fatores que impulsionaram a atividade; e apresenta ainda dentro desse contexto o ideário inicial do trabalho com base no associativismo como alternativa ao modelo capitalista de produção. Tendo como foco da pesquisa, o cooperativismo agropecuário, se fez necessário apresentar também, o processo histórico que impulsionou a criação de cooperativas para atuantes nesse ramo.

A seção seguinte aborda o cooperativismo no Brasil, e mais uma vez apresenta justificativas históricas, principalmente na perspectiva de construção da sociedade brasileira, passando por elementos que vão desde a imigração até a constituição no surgimento do associativismo à nível nacional. Logo em seguida, na mesma seção, é feita uma explanação sobre o cooperativismo por regiões do Brasil e suas particularidades. O Brasil, é um país com dimensões continentais. As cinco regiões brasileiras, possuem, diferentes condições climáticas, diferentes composições étnicas raciais, distribuição de renda, diferentes níveis de atuação do poder público, consequentemente, diferentes razões para o surgimento de cooperativas.

Diante dos múltiplos cenários apresentados na seção anterior, se fez necessário apresentar então, os ramos do cooperativismo no Brasil. Se as particularidades regionais explicam quase que na sua totalidade os diferentes tipos de atividades cooperativas, no território e os caminhos seguidos pelo cooperativismo, nada se adequaria melhor, a partir desse tópico, do que apresentar os números do cooperativismo. Esses números exibidos tornam clara a dimensão de cada um dos ramos nas regiões do país, bem como o total de cooperativas existentes atualmente distribuídas em todo território, juntamente com o número de cooperados e empregados, o que já permite observar a importância do cooperativismo para o desenvolvimento social. Tem-se, portanto, uma análise dos ramos por região, tornando possível notar suas maiores concentrações. Para além desses números, ao apresentar os ramos do cooperativismo, é de suma importância apresentar também, quais as áreas de atuação e seus subgrupos.

As cooperativas agropecuárias (elemento central) são então introduzidas, inicialmente à nível nacional e em seguida, na região Nordeste discorrendo sobre as especificidades da atividade nesta região.

Faz-se uma breve análise da pandemia da COVID-19. Nessa seção, a mesma é conceituada, sob a perspectiva da medicina, saúde coletiva e da sociedade como um todo. Logo depois, tem-se o contexto para o estado da Bahia, dando início a análise para as cooperativas agropecuárias.

As cooperativas selecionadas para este trabalho são apresentadas. Incorporam-se os depoimentos de seus representantes sobre os impactos da COVID-19 em seus respectivos processos comerciais e relações de trabalho, traçando pontos que vão desde a relação com o produtor até as medidas adotadas no enfrentamento a pandemia. Ao explicar as maneiras como a pandemia alterou as rotinas de trabalho das cooperativas, se fez necessário explicar, como a atividade funciona de maneira prática, tendo como referência uma das cooperativas analisadas.

A presente pesquisa teve como base das suas análises, o conglomerado de métodos utilizados de acordo com os princípios da teoria caracterizada como estudo múltiplo de casos (YIN, 2015). Segundo o autor, um estudo de caso busca compreender a natureza de um fenômeno contemporâneo e social em seu mundo real sob o qual, não há controle.

As cooperativas foram escolhidas a partir do território de identidade a fim de diversificar a visão multidimensional do desenvolvimento, portanto, foram escolhidas para analisar o impacto da COVID-19 nas instituições de acordo com as regiões, considerando os diferentes elementos sociais, culturais, econômicos e políticos.

A parcela investigativa do conteúdo apresentado no trabalho, foi realizada por meio de questionário composto por 6 (seis) perguntas diretamente relacionadas às atividades comerciais, histórico das instituições e os impactos da COVID-19 nas suas respectivas rotinas de trabalho: 01). Quando e por que nasceu a cooperativa? Havia algum objetivo central? 02) O que a cooperativa comercializa e por quê comercializam?; 03) Antes da fundação da cooperativa, qual era o destino (o que era feito) com a matéria prima utilizada no produto que comercializado hoje?; 04). Sobre as técnicas e padrões utilizados para a comercialização, de que forma funcionam? Qual o destino dos produtos? Feiras, mercados, exportação?; 05). Durante a pandemia de COVID-19, as técnicas utilizadas na comercialização mudaram? Se sim, de que forma?; 06). Quais as novas técnicas adotadas para a comercialização?

O questionário foi respondido pelos gestores das instituições via *e-mail* e aplicativo de mensagens, *WhatsApp*, utilizando a função gravação de áudio. Vale destacar, que as respostas possuem pouca semelhança entre si, bem como o condensado de informações, haja vista que os integrantes da pesquisa, possuem diferentes áreas de formação e de atuação dentro da instituição, bem como o tempo de experiência profissional na cooperativa e, o mais importante, a distinção entre cada uma das cooperativas investigadas.

A intenção inicial, na etapa que compreende a aplicação do questionário, era de realização das visitas *in loco*, contudo, as recomendações no combate a pandemia, orientadas pela OMS, no período que compreende o início e o final da pesquisa, restringiram essas possibilidades, tornando inviável o deslocamento até as regiões.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A ORIGEM DO COOPERATIVISMO

A prática cooperativista teve seus primeiros passos estruturais ainda no século XVIII na primeira fase da Revolução Industrial, comandada por idealistas como Louis Blanc, Robert Owen, Charles Fourier, dentre outros. O ideário inicial era de ajuda mútua, associativismo, auto-gestão e igualdade. A partir do século XIX, as cooperativas começam de fato a surgir e se multiplicar na Europa; só no período de 1826 a 1835, surgiram pelo menos 250 cooperativas de consumo, das quais 50, só em Londres, chegando em 1835 a um total de 300 cooperativas. (SCHNEIDER, 1991 *apud* OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

A primeira cooperativa foi criada no século XIX no subúrbio de Rochdale no distrito de Manchester, na Inglaterra. Esta, nasce como uma alternativa às empresas capitalistas que exploravam famílias que, para sobreviver, se submetiam a jornadas de trabalho exaustivas, com péssimas condições de segurança e com salários de subsistência, ou seja, o movimento cooperativista teve seu início impulsionado pelo processo de industrialização.

Assim como a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, também a própria cooperação aparece como uma forma específica do processo de produção capitalista, contraposta ao processo de produção de trabalhadores autônomos e isolados, ou mesmo de pequenos mestres. (MARX, 2013).

Diante desse cenário e com necessidades comuns vividas pelas famílias operárias, um grupo de tecelões e operários enxergaram no associativismo (um dos ideários iniciais) uma forma de contornar as perversidades do capitalismo sobre as condições econômicas e sociais vivida pela classe trabalhadora daquele país. O cooperativismo de acordo com os seus ideais, portanto, não seria uma atividade socialista e muito menos capitalista, seria uma alternativa de organização da sociedade, onde todos os integrantes possuem a mesma importância dentro da produção e que não se admite hierarquização.

Os movimentos associativistas surgiram como forma de minimizar os impactos da revolução industrial sobre os homens, através da luta da nova classe operária contra os traumas sociais e econômicos que os afligiam diante das transformações em curso. (SCHNEIDER, 1991 *apud* OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

O formato inicial era um modelo de organização de compra e venda (para consumo) de mercadorias, que estocadas em grande quantidade poderiam ser consumidas a preços mais acessíveis. Assim nasceu a Sociedade de Probos de Pioneiros de Rochdale - (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*), que se expandiu rapidamente, instituiu formas cooperativas de produção e tornou-se a principal referência do cooperativismo. Não obstante, na cidade de Genebra em 1835, foi realizada a Aliança Cooperativa que reafirmou os seus preceitos, dentre

eles a gestão democrática, a adesão voluntária e livre dos seus integrantes, a educação e formação dos cooperados, participação econômica dos cooperados na criação e no controle o capital. Esta então, foi regida por um estatuto social com objetivos e normas existentes até os dias atuais, e que formam a base do verdadeiro cooperativismo.

Mas o capitalismo não aplicava suas perversidades apenas aos trabalhadores presentes no meio urbano. No campo, a condição de vida não era menos desconfortável.

Os camponeses viviam isolados tanto pelo seu gênero de vida, de trabalho, dentro de um horizonte estreitado, ou seja, em condições ainda menos desenvolvidas que as condições urbanas, condições essas, que os privava do lazer e da administração que uma cooperativa exigia. Como bem observa Kautsky (1980), além da ignorância, a ausência de liberdade política se manifesta como obstáculo sério ao bem-estar do camponês. Nesse contexto, a criação de uma cooperativa, era um processo mais fácil para os grandes proprietários, dadas as suas relações extensas de conhecimentos comerciais e além disso, estes dispunham de mais tempo e eram menos numerosos que os camponeses.

Os camponeses precisam da cooperação, mas na maioria dos casos não como meio de reunir as forças dos pequenos lavradores num esforço comum, equivalente ao do grande proprietário territorial. A iniciativa se lhes ocorre antes como recurso para afastar dos grandes proprietários as vantagens que a cooperação dá a cada um dos seus participantes. (KAUTSKY,1980).

Diante disso, a primeira tentativa de implementação de uma cooperativa agrícola que obteve êxito ocorreu na Irlanda em 1830. Esta seguia os preceitos de Owen (utópicos), com algumas modificações a fim se adequar as circunstâncias. Um grupo de mais ou menos 40 operários agrícolas se dispuseram a participar dos planos do Sir Vandaleur que cedeu sua propriedade para tal experiência e se reservou a direção e fiscalização. A organização tornou-se conhecida por substituir uma vida de pobreza, farrapos e miséria, por bem-estar, saúde e limpeza (KAUTSKY,1980).

### 3 COOPERATIVISMO NO BRASIL

A Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB, que constitui um órgão de grande importância dentro do cooperativismo no Brasil, aponta que oficialmente, o primeiro movimento cooperativista no Brasil teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto — cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas Gerais e também nos estados de Pernambuco (Cooperativa de Consumo Camaragibe), São Paulo (Associação Cooperativa dos Empregados na cidade de Limeira), Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Até 1932, o cooperativismo no Brasil caminhava a passos curtos, porém a crise econômica mundial de 1929, acabou por estimular a emergência de cooperativas especialmente no Sul do Brasil. Foi então que, por meio do Decreto nº 22.239, no governo do então presidente Getúlio Vargas, a prática foi regulamentada (BRASIL,1932).

Segundo a literatura, o florescimento da prática cooperativista no Brasil a partir de 1932, foi motivada por dois fatores: (i) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo que o identificou como um instrumento capaz de reestruturar as atividades agrícolas; (ii) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro em 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996 *apud* SILVA, 2003).

Atualmente, a atividade cooperativista no Brasil é amparada pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, a mesma exige um número mínimo de 20 cooperados para sua formalização, além disso, faz-se necessária sua representação formal pela OCB a nível nacional e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCEB) a nível estadual.

A lei referida no trecho acima, está estruturada em 117 artigos, compreendidos em seus 18 capítulos. Nela vale salientar: no Capítulo II – Das sociedades cooperativas, Artigo 4º, define que; “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados(...)”. No Capítulo XII - Do Sistema Operacional das Cooperativas, Artigo 79º define como ato dos cooperados sendo os “atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”, ainda neste capítulo, na seção III; das operações da cooperativa, o Artigo 85º torna explícito que;

As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem. (BRASIL,1971).

No que tange a importância das cooperativas para inclusão social e para o desenvolvimento da sociedade, é interessante jogar luz à Lei nº 9.867 de 10 de novembro de 1999, que foi criada tendo como objetivo, normatizar as cooperativas especiais a dar auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que pudessem se inserir no mercado.

As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos (...) (Art. 1, inciso II, BRASIL, 1999)

Os anos que sucederam o florescimento da prática cooperativa, foram fundamentais para o seu amadurecimento e desenvolvimento.

A distribuição da evolução mais recente do número de cooperativas no Brasil segundo a OCB, apresenta que no ano de 2010, o país possuía um total de 6.652 após quatro anos sofre uma leve redução passando a ter 6.582 e em 2018 volta a crescer de maneira expressiva alcançando um total de 6.828 cooperativas.

É importante considerar que, ainda que com caráter conservador, novas cooperativas foram formadas dentro de todo o território nacional e, mesmo tendo como base esse caráter, diante da sua dimensão continental e uma política que não contemplava a todos e acentuava a desigualdade nas regiões, é impossível fazer a abordagem de um único cooperativismo no Brasil. A diferença do cooperativismo entre regiões se deu por vários fatores, um deles foi a imigração, principalmente de alemães, japoneses e italianos que já possuíam experiências com atividades associativistas que serviram como base na construção de novas cooperativas mais competitivas.

### 3.1 AS PARTICULARIDADES DO COOPERATIVISMO REGIONAL

A região Norte, a maior entre as cinco regiões do país, possui uma dimensão que ocupa 45,25% de todo território. Sua principal atividade econômica está condicionada ao extrativismo mineral e vegetal devido a sua densidade florestal. Nesse contexto, o cooperativismo vai surgir e se expandir por meio das cooperativas extrativistas, principalmente voltadas para extração de borracha. A borracha era um produto de boa aceitação no mercado, sobretudo internacional,

contudo, os cooperados enfrentavam dificuldades como por exemplo, deslocamento, grandes distâncias, insuficiência do mercado consumidor local devido pouco povoamento na região e falta de amparo político ao setor.

Somente após ser instalada uma infraestrutura econômica, por meio de uma política de integração e povoamento, foi possível facilitar o desenvolvimento econômico, que resultou na diversificação das atividades produtivas, proporcionando ao mesmo tempo o surgimento de cooperativas em outros ramos como agrícola, de trabalho e de mineração, que atualmente integram o mesmo ramo.

A região Nordeste (mais tarde melhor abordada), é a região do país com o maior número de estados. Riquíssima em seus contrastes como, a forte heterogeneidade e complexidade, seja no clima, cultura, tipografia, vegetação e principalmente nos termos econômicos. De acordo com (FURTADO, 2005), a precária economia de subsistência do Nordeste brasileiro que teve seu início desde a colonização do país, é o elemento básico que explica as condições socioeconômicas vividas hoje, onde se convive concomitantemente com situações de extrema pobreza como em países subdesenvolvidos e níveis de produção e de consumo como os de países centrais onde o capitalismo é avançado. A história cooperativismo nordestino apresenta os mesmos contrastes.

A base que sustentou o cooperativismo nessa região se deu por meio de uma estrutura agrária com foco no latifúndio e no setor agroexportador. Nota-se, portanto, que grande parte das cooperativas do Nordeste estava organizada em torno de uma estrutura de classes (sociais), na qual os grandes proprietários de terras e líderes políticos e regionais atendiam as demandas pessoais e de grupos específicos.

Na região Centro-Oeste, a agricultura extensiva tornou-se a principal atividade econômica após um longo período de estagnação. Anteriormente a isso, a região passou por um processo de ocupação incentivada pela exploração, principalmente do ouro.

De 1950 a 1980, a região passou por um processo de desenvolvimento com forte participação do governo que implementou programas que estimularam uma série de novas cooperativas, tanto na zona urbana quanto no campo. Ainda nesse período, com a transferência da Capital Federal e a edificação de Brasília, a demanda por habitação cresce e mais uma vez com forte presença política, surgem novas cooperativas, agora habitacionais. Atrelado ao desenvolvimento da região, surgem também, cooperativas na área de educação e no setor agrícola; este último impulsionado em ocupar o cerrado da região e expandir a área cultivada a

fim de aumentar a produção de *commodities*, o que fazia parte de estratégias utilizadas por agricultores das regiões Sudeste e Sul.

O sudeste brasileiro é a região economicamente mais desenvolvida e se caracteriza pela sua importância política, social e econômica desde o início do século passado. Nela, esteve situada a base econômica do Brasil, voltada para produção do café e do leite, e foi a região onde durante muitos anos esteve situada a capital da república do país.

A região é considerada o berço do cooperativismo no Brasil, com os primórdios dessa prática consolidados no século XIX. Esta, desenvolveu um modelo de exportação de *commodities* que viabilizou a capitalização dos produtores rurais, incentivou o surgimento de atividades nas áreas urbanas, formando assim, a base da industrialização brasileira, estimulando o surgimento de cooperativas. Contudo, a prática cooperativista só se solidificou na região após os anos 30, com incentivos fiscais oferecidos pelo governo como, isenção de impostos sobre atividades mercantis, isenção de imposto de renda, livros de escrituração dentre outros. Ao chegar nos anos 70, o Estado de maneira mais participativa, passa a expandir o capitalismo para o campo utilizando o cooperativismo como instrumento modernizador da agricultura o que conseqüentemente levou a concentração de cooperativas do setor agropecuário sobretudo no estado de São Paulo. A famigerada década perdida do ponto de vista da economia, de 1980 a 1990, para o cooperativismo foi um período de aumento das cooperativas do ramo trabalhista. Muito bem destacado por (SILVA 2003 *apud* SINGER, 2000), a reestruturação produtiva e a crise industrial dos anos 80 trouxeram os primeiros grandes exemplos de cooperativas formadas por ex-funcionários que assumiam a massa falida das empresas onde trabalhavam, representam o principal fenômeno associado ao cooperativismo de trabalho. Juntamente com esse fenômeno, o crescimento das cooperativas nos assentamentos sem-terra e cooperativas associadas a empresas familiares representam o fator exponencial do cooperativismo na região Sudeste.

A região Sul por sua vez, foi o território onde a prática cooperativa encontrou mais espaço para o seu desenvolvimento. O fato se deu, devido a sua pluralidade nas práticas sociais (alemães, italianos, grupos étnicos) que ao propor uma determinada autonomia social, compartilharam das suas experiências associativistas e racionalidade competitiva da Europa (onde a prática já existia há algum tempo) para o Brasil. Nesta região o cooperativismo ocorreu de modo muito particular, quando comparado com as demais. Diferentemente das outras regiões, o processo que abarcou a prática se deu em duas dimensões; a primeira se deu como resultado de ações e

práticas mais sociais, mais coletivas e plurais e a segunda teve seu início no Estado, diretamente ligada a uma política de governo.

Diante da política ofertada pelo governo federal (facilidade de crédito, isenção de alguns tributos) o cooperativismo cresce na região, porém de maneira passiva, aquela que só funciona na presença de estímulos econômicos, nesse caso, estímulos determinados pelo Estado.

Nesse cenário surgem as cooperativas habitacionais concomitantemente a queda das cooperativas de crédito rural causada pela Reforma Bancária<sup>1</sup> que quase as extinguiu.

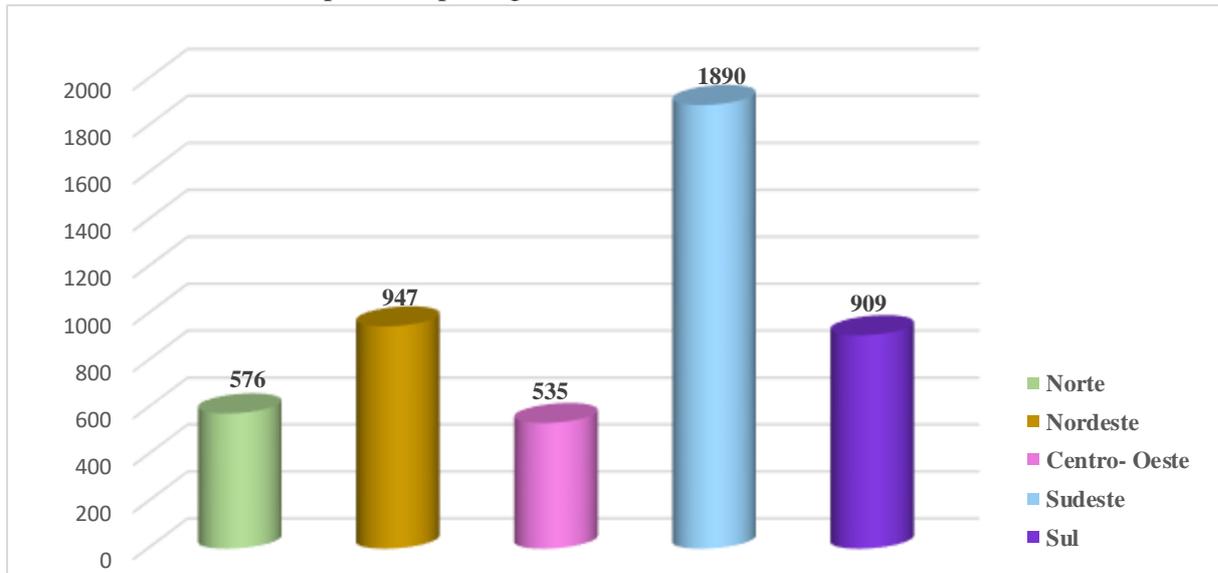
Somente em 1980, diante de um novo cenário econômico, com transformações tecnológicas e microeletrônicas é que o cooperativismo retoma seu espaço de modo pluralizado e com maior interdependência nas relações internacionais.

Mesmo atuando sob os ditames da política de Estado, o cooperativismo do Sul do país conquistou seu lugar de destaque como um espaço social e econômico que possui a capacidade de qualificar o sistema de cooperação através do ato de reunir pessoas juntamente com suas forças em prol de uma força maior.

Atualmente, segundo dados apresentados pela OCB, o país possui mais de 4.868 cooperativas distribuídas em todas as unidades da federação, com destaque para os estados da região Sudeste, que juntos somam um total de 1.890 cooperativas. (OCB,2020).

---

<sup>1</sup> Em 1964, o governo permitiu que o Brasil tivesse um sistema financeiro segmentado e supervisionado pelo Banco Central, entidade federal que regulamenta e controla o setor bancário, executando também as políticas monetárias e cambiais do país. O sistema bancário brasileiro passou a operar enquadrado jurídica e legalmente pelo programa governamental conhecido como PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, delineado pela Reforma Bancária e pela Reforma do Mercado de Capitais (VIEIRA, 2012).

**Gráfico 1** - Número de cooperativas por região em 2020

Fonte: Elaboração própria (2021) com dados OCB (2020)

### 3.2 OS DIFERENTES RAMOS DO COOPERATIVISMO

Até o ano de 2019, as cooperativas eram divididas em treze ramos distintos. Após a Resolução OCB nº 56/2019, a regulamentação passou a classificar os ramos do cooperativismo em sete, a saber: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, produção de bens e serviços, saúde, trabalho e transporte (OCB, 2020).

**Quadro 1** – Ramos do cooperativismo no Brasil em 2020

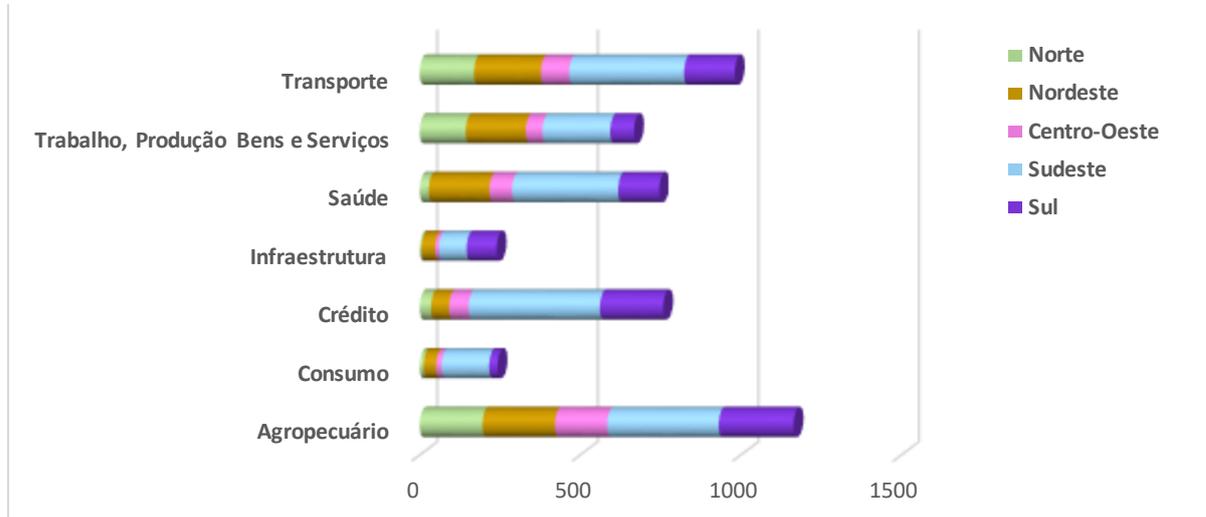
Ramos	Cooperativas	Cooperados	Empregados
<b>Agropecuário</b>	1.773	1.001.362	223.477
<b>Consumo</b>	247	2.108.756	14.427
<b>Crédito</b>	775	11.966.563	79.121
<b>Infraestrutura</b>	246	1.481.493	7.336
<b>Saúde</b>	758	292.971	116.559
<b>Trabalho, Produção Bens e Serviços</b>	685	180.074	8.714
<b>Transporte</b>	984	89.857	5.461
<b>Total</b>	<b>4.868</b>	<b>17.121.076</b>	<b>455.095</b>

Fonte: Elaboração própria (2021) com dados OCB (2020)

Como já foi mencionado, as finalidades que determinavam a criação de novas cooperativas eram e ainda são diferentes de acordo com as particularidades existentes em cada região. O

Gráfico 2, torna explícita essa diferença, apresentando a quantidade de cooperativas nos seus diferentes ramos por região do país.

**Gráfico 2-** Ramos das cooperativas por região em 2020



Fonte: Elaboração própria (2021) com dados OCB (2020)

A divisão por ramos auxilia na melhor visualização das peculiaridades específicas de cada cooperativa, permitindo um melhor entendimento da composição, formação, participação dos diferentes setores da economia e a estrutura.

É importante sublinhar, que a trajetória do movimento cooperativista foi marcada pelo papel do Estado que atuou com dualidade, criando vertentes expressivas, uma delas seguindo o modelo rochdaleano incluindo as cooperativas de grande porte. Desse modo, a postura cooperativista se adequou e ainda se adequa aos interesses do capital, seja pelo modelo fomentado pelo Estado, seja sob os auspícios do ideário original, o cooperativismo brasileiro se inclinou ao mercado, adotando uma postura de neutralidade diante de discussões oposicionistas com relação à posse dos meios de produção e de exploração do trabalho. Essas características fazem parte dos fatores que permeiam a complexidade e a diversidade que geram contradições em todos os ramos do cooperativismo.

De todas as vertentes que incentivaram a transformação das cooperativas em instituições de orientação empresarial, a principal foi o plano de desenvolvimento adotado pelo governo de Getúlio Vargas que tinha como objetivo, incrementar a produção agrícola, ou seja, o cenário não era o mesmo que originou as primeiras cooperativas inglesas e francesas que surgiam da situação de miséria vivida pela classe operária.

As cooperativas que atuam no ramo de transportes nas diferentes regiões do país, atualmente são separadas em seis diferentes segmentos (bens de fornecimento, transporte rodoviário de carga, transporte aéreo de cargas, transporte náutico de cargas, transporte coletivo de passageiros, transporte individual de passageiros) e além disso oferecem serviço de transporte turístico, serviço de traslado e passeios de *buggy*. As cooperativas de transporte foram idealizadas como alternativa auxiliar na organização, liberdade dos pequenos e médios agentes transportadores bem como na sua profissionalização.

Este ramo, foi criado em 2002 e reúne cooperativas que objetivam organizar a prestação de serviços de transporte de passageiros e de cargas, onde o associado possui (seja por meio de posse ou de propriedade) o veículo.

Sobre os indicadores do ramo, é válido destacar que, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), as cooperativas de transporte em 2020, somaram um total de 984 cooperativas, gerou mais de 5 mil postos de trabalho e elevou seu PIB em 6,4%. (OCB,2020).

O cooperativismo do ramo trabalhista, que inclui produção de bens e serviços, é o ramo mais diversificado de todos os ramos do cooperativismo brasileiro, pois, além de atuarem na produção de bens e serviços como já foi citado, as áreas de atuação das cooperativas, ainda se dividem em treze grupos, a saber: assistência técnica (7%), confecção (2%), consultoria e instrutória (12%), cultura e lazer (3%), educação (21%), gestão de resíduos (9%), manutenção, conservação e segurança (8%), mineral (9%), produção artesanal (5%), produção industrial (2%), sociais (1%), tecnológica e inovação (1%) (OCB, 2020).

As cooperativas de trabalho, surgem no Brasil com a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagens do Porto de Santos, fundada em 1938. Todavia, esse segmento desenvolve-se a partir do ano de 1960, sendo que mais de 70% das cooperativas, foram fundadas após 1992. (SANTOS, 2004).

As cooperativas trabalhistas nasceram a partir da necessidade de incluir no mercado de trabalho, trabalhadores desempregados e também aqueles que nunca haviam conseguido se inserir, ou seja, os trabalhadores informais. Contudo, existem algumas exceções na criação deste ramo do cooperativismo. Algumas cooperativas trabalhistas foram criadas por ex-funcionários de empresas que entraram em processo de falência e que apresentavam implicações nas rotinas de trabalho, houveram também os casos onde cooperativas foram criadas de maneira fraudulenta

decorrente da ausência da intervenção do Estado com projetos políticos que pudessem direcionar a criação desse ramo do cooperativismo.

A mesma razão que deu origem a criação do cooperativismo trabalhista (o desemprego) juntamente com o processo de aceleração de terceirização, no período que compreende 1990 a 2000, fizeram com que o número de cooperativas atuantes nesse ramo, crescessem de modo expressivo. Após longos períodos de resistência e adaptação, as cooperativas trabalhistas, constituem-se como a altamente democrática de acesso ao mercado de trabalho, atendendo profissionais com diferentes áreas de formação e colocando-se ao alcance de todos os cidadãos (SILVA,2003).

Não muito diferente do seu início, as cooperativas atuantes no campo da saúde, abrangem as seguintes áreas: médica, odontológica, psicológica e clientes do serviço de saúde.

Com mais de 50 anos de existência, as cooperativas da saúde no Brasil, são referência no mundo quando o assunto é o avanço no setor de saúde, adotando o modelo de cooperação com base nesse processo.

Os números do cooperativismo da saúde tornam explícita sua importância frente a sociedade. Os dados apresentados pela OCB afirmam que este ramo de cooperativas está presente em mais de 85% dos municípios brasileiros. As cooperativas da saúde em 2020 somaram um total de 758 cooperativas, com destaque para as regiões Sudeste e Nordeste com 331 e 189 unidades instaladas, respectivamente. Ademais, é o ramo do cooperativismo com maior número de empregados atualmente, ficando atrás somente do ramo agropecuário (OCB, 2020).

Existentes há mais de 40 anos, as cooperativas de infraestrutura foram criadas com o objetivo de fornecer os recursos essenciais (geração e distribuição de energia, telecomunicações e saneamento básico) na capacidade de produção das regiões onde estão instaladas e consequentemente melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Atualmente, este ramo está segmentado em 8 (oito) diferentes grupos, a saber: água e saneamento, construção civil, construção civil comercial, desenvolvimento, distribuição de energia, geração de energia, habitacional, irrigação e telecomunicações.

Assim como todas as demais cooperativas, as pertencentes a este ramo também tiveram razões políticas e históricas para o seu surgimento e crescimento, sendo que este último se explica por meio da sua ampliação nas décadas de 70 e 80 através do segmento habitacional (com maior número de cooperativas no ramo, cerca de 40%) com incentivo de políticas públicas no setor.

A composição mais recente sobre os números do cooperativismo de infraestrutura aponta que entre 2019 e 2020, o número de cooperativas neste ramo diminuiu discretamente, passando de um total de 265 para 246 unidades instaladas em todo território. Contudo, mesmo diante da inativação destas unidades, o número de cooperados cresceu no mesmo período passando de um total de 1.138.786 para 1.481.493 colaboradores (OCB, 2020).

Para Santos (2004, p. 33), nos anos 20, vão surgir as cooperativas de crédito popular, também conhecidas como “luzzatis”, que tinham como base o modelo desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati, considerado pelos especialistas como sendo o modelo ideal para as condições brasileiras naquela época. Nos seus primórdios, as cooperativas de crédito se expandiram em sua grande maioria, no estado do Rio Grande do Sul, contudo, atualmente o maior número de cooperativas atuantes neste ramo se concentram na região Sudeste do Brasil, somando um total de 409 instituições segundo a contagem da OCB.

As cooperativas de crédito estão reunidas a fim de prestar serviços financeiros aos seus cooperados e para tal, funcionam como uma alternativa ao sistema que possui altíssima concorrência no mercado financeiro do país. Desse modo, essas instituições apresentam e oferecem condições que melhor dialoguem com a realidade financeira dos seus cooperados, contribuindo dessa forma com o processo de educação e inclusão financeira de milhares de pessoas.

Atualmente amparadas na Lei Complementar 130/2009, as cooperativas de crédito somam 775 unidades distribuídas em todas as regiões do país. É importante assinalar que, a OCB possui um registro ativo do número de cooperativas autorizadas a funcionar de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), e de acordo com o órgão, desse total, 709 são cooperativas denominadas como singulares devido as suas operações e pela Resolução 4.434/15 da CMN estas estão divididas em três categorias: (i) plenas, as quais estão autorizadas a realizar praticamente todas as operações feitas pelas instituições financeiras incluindo compra e venda de ouro, contratos com moeda estrangeira, etc.; (ii) clássicas, estas estão autorizadas a realizadas todas as operações que normalmente são realizadas pelas instituições financeiras, especificamente as operações de pagamentos e intermediação financeira;(iii) capital e empréstimo, estão impedidas de realizar depósitos e isso é o que as diferem das demais instituições (OCB, 2020).

A essência da prática associativista/cooperativista nasceu no cooperativismo de consumo. Considerado pela literatura como o ramo mais importante do cooperativismo, este é o ramo que desde o seu ideário inicial tem como alicerce a aquisição de bens de consumo (produtos e ou serviços), sobretudo alimentícios, vestuários, higiene pessoal, dentre outros, com qualidade elevada e preços mais acessíveis; uma vez que deles foi destituído o lucro. Na prática, as ações das cooperativas de consumo estão voltadas fundamentalmente em somar o poder de compra, reduzindo os custos e oferecer o melhor dos mundos, nesse aspecto, aos cooperados.

Existe uma especificidade muito interessante em se tratando do ramo em questão, a intercooperação; que pode ser feita de diferentes formas como por exemplo, vendas de produtos de outras cooperativas, parcerias com cooperativas atuantes em outros ramos, elaboração de novos modelos de entrega de produtos, etc.

O ramo é bastante diversificado e se divide nos seguintes segmentos: serviços educacionais (representando 27% do total de todas as cooperativas do ramo), produtos alimentícios, vestuário e beleza, supermercados, farmácias e postos de combustíveis, produtos e equipamentos, serviços veiculares e serviços turísticos.

Os números atualizados do cooperativismo de consumo traduzem sua importância. Com mais de 60% das unidades instaladas na região Sudeste do país, as cooperativas de consumo geraram no último ano um total de 14.427 empregos diretos em todo território o que representa mais de 30% do total de postos de trabalho criados por todas as cooperativas do país em 2020 (OCB, 2020).

Dos sete ramos do cooperativismo regulamentados no Brasil, de acordo com a OCB, sem dúvidas o que mais se destaca não somente em termos de volume de negócio, mas também pela fusão do ideário do cooperativismo é o ramo voltado para o setor agropecuário.

As cooperativas agropecuárias são as principais representantes do cooperativismo no Brasil, haja vista a estrutura econômica do país desde a sua formação, fundamentalmente agrícola. Historicamente, o setor agropecuário/agricultura familiar, sempre esteve presente em movimentos de resistência atuando em espaços marginalizados no que se refere à participação. Devido essa forma de atuação, de modo a se inserir através das suas diferentes organizações e dentre outras razões, em 1930, o cooperativismo no Brasil, se constituiu como importante instrumento de política agrícola. Nesse sentido, as cooperativas agrícolas se tornaram o elo

entre a agricultura familiar e para além disso, contribuíram para que unidades agrícolas passassem a ter um perfil empresarial, articulassem produtores, mercado consumidor e instituições públicas de incentivo.

As cooperativas agropecuárias possuem papel de extrema importância na comercialização, assistência técnica e industrialização de toda produção realizada pelos seus cooperados; é válido sublinhar que essa importância abrange as atividades agropecuárias, extrativista, aquícola, pesqueira e agroindustrial.

Atualmente, as cooperativas do ramo encontram-se divididas em sete diferentes segmentos: insumos e bens de fornecimento representando 38% do total das cooperativas do ramo, sendo desse modo, o segmento mais comum dentre estas instituições, em seguida encontram-se os produtos não industrializados de origem vegetal ocupando 26% do total, produtos não industrializados de origem animal correspondendo a 11%, seguido dos produtos industrializados de origem vegetal, produtos industrializados de origem animal, serviços, escolas técnicas de produção rural e outros (OCB, 2020).

Assim, tomando por base os dados apresentados no quadro 1, em 2020 o Brasil possuía um total de 4.868 cooperativas, sendo que destas, 1.773 mil eram do ramo agropecuário, com mais de 1 milhão cooperados e mais e 223 mil empregados, o que representava 49% do número total de postos de trabalho gerados por todas as cooperativas do país (OCB, 2020).

#### **4 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL**

O processo de industrialização juntamente com a globalização da economia, frequentemente repercute negativamente em áreas rurais, que geralmente são caracterizadas, como regiões mais frágeis diante dos desafios determinados pela economia, contribuindo dessa forma, para o êxodo rural e dificultando o ingresso dos agricultores no sistema produtivo e comercial. Em outras palavras, também é possível afirmar, que os mercados competitivos e a tendência atual das grandes empresas, fazem com que o produtor rural enfrente uma diversidade de dificuldades na hora da comercialização da sua produção.

Assim, as cooperativas agropecuárias desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento rural como mecanismos de geração de emprego, segurança alimentar e distribuição de renda (ALTMAN, 2015). Outrossim, as cooperativas funcionam como uma alternativa para os agricultores (que normalmente fazem parte do quadro de cooperados) que além de produtores, como comerciantes desta produção, compram sua matéria prima, utilizando formas, para que as pequenas propriedades resistam no mercado e tornem-se competitivas, ou seja, as cooperativas são sociedades composta por agricultores como o objetivo principal, dividir os lucros e também as responsabilidades. O principal papel das cooperativas agropecuárias então, é ajudar em todo o processo de produção e desse modo favorecer a expansão do negócio ao mesmo tempo que melhoram o acesso dos agricultores aos mercados e suprimentos, reduzem o custo geral da produção, atuam com um sistema de gestão democrático e mitigam os riscos. Contudo, nem tudo são flores diante desse cenário, algumas limitações existem e persistem, como por exemplo, o conhecimento dos processos sobretudo de produção, o foco na qualidade e na comercialização, mesmo após mais de 170 anos de existência da prática cooperativista neste ramo de atividade, especificamente no Brasil. Para concluir, é válido citar que de maneira prática, ou seja, no cotidiano das cooperativas também existem algumas desvantagens como por exemplo, o fato de nenhum investimento ter autorização para entrar na cooperativa mediante subcontratação, fazendo com que, caso haja perda do lucro acabe impactando cada membro (DUARTE, 2006).

A literatura aponta a existência um debate sobre a legislação cooperativista e que esta vem sendo atualizada em todo mundo com objetivo de atender às novas demandas e expectativas econômico-produtivas de maneira que se permita maior versatilidade do movimento diante das novas conjunturas de mercado.

O modelo do cooperativismo adotado no Brasil, tem muita semelhança com os modelos adotados por outros países da América Latina, um cooperativismo que foi utilizado como ferramenta no controle político e social. Rios (1987) *apud* Silva (2003), chamam atenção para o fato que, diferentemente da Europa, onde o cooperativismo surgiu como uma forma de organização da classe trabalhadora, no Brasil, pelo contrário, este representa a promoção da elite política e agrária.

Todavia, os esforços realizados na tentativa de inovar as práticas cooperativas fazem parte de um movimento mais abrangente de revitalização/modernização dessas atividades e de desenvolvimento da democracia e que reverbera nas discussões e debates sobre economia solidária.

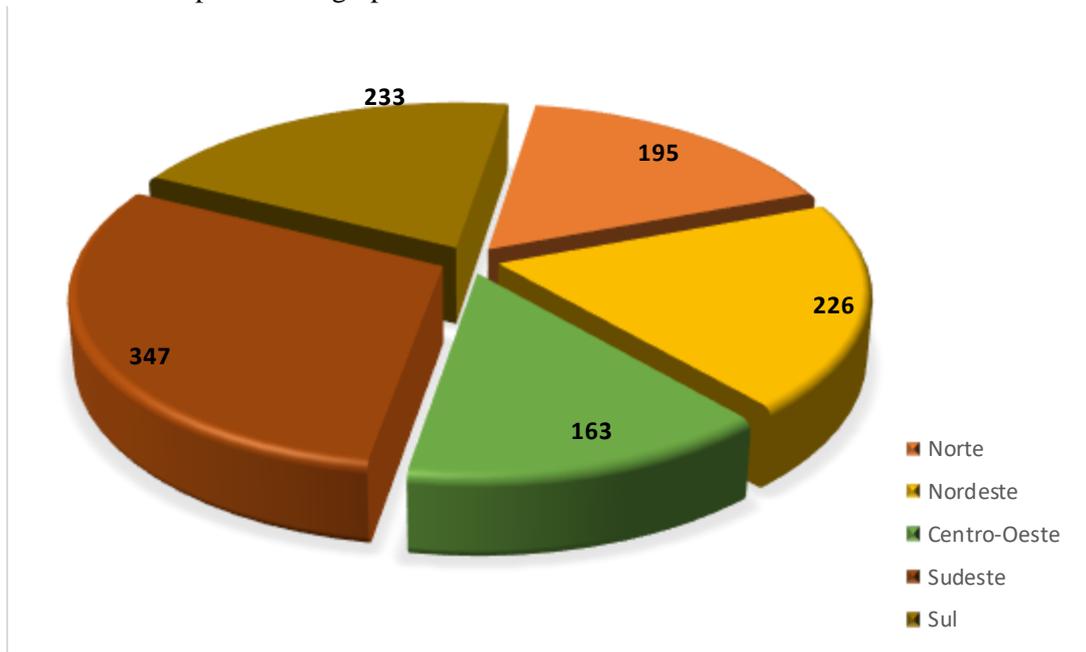
Ainda que o modelo de implementação do cooperativismo no Brasil tenha sido conservador, pode-se afirmar que diante das suas dimensões continentais, somadas a uma política<sup>2</sup> que acentuou as desigualdades nas regiões, não é possível abordar somente um tipo de cooperativismo.

Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo 'informal', 'sem lei e sem documento', não financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois, 'imune' à divisão da sociedade em classes. (RIOS, 1987 *apud* SILVA, 2003).

Especialmente nas regiões Sudeste e Sul, o cooperativismo agropecuário, na tentativa de organizar os produtores rurais, foi um grande gerador do desenvolvimento rural a partir da década de 60. Entretanto, como já foi abordado em outro capítulo, o Brasil hoje possui centenas de cooperativas de diferentes ramos, sendo que a grande maioria atua no setor agrícola/agropecuário.

---

2 (...) a política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais (TAVARES, 2018).

**Gráfico 3** – Cooperativas Agropecuárias no Brasil em 2020

Fonte: Elaboração própria (2021) com dados da OCB (2020)

É válido destacar nesse contexto, a abordagem feita por Campo Jr (2000), ao afirmar que, acerca do perfil dos associados das cooperativas agropecuárias no Brasil, na sua maioria, são pequenos produtores com propriedades até 50 ha, sendo estes responsáveis por um número bastante expressivo do total de associados que pertencem as cooperativas agropecuárias no país, portanto, o pilar principal está assentado nos produtores.

Diante do exposto, não é difícil perceber quão importante é o papel dos associados na composição e funcionamento das instituições em questão. Porém, como observa Sepulcri (2010), os pequenos produtores rurais são o elo mais fraco das relações comerciais nos diversos mercados agrícolas, dificultando assim, as possibilidades de comercialização da produção sem que haja a intermediação de atravessadores durante esse processo. Por tudo isso, o sentido de promover facilidades e melhorias no trabalho e conseqüentemente na vida dos associados, pequenos produtores de modo geral, permanece sendo o pilar principal da existência das cooperativas.

As cooperativas agropecuárias funcionam, portanto, como centros de comercialização dos produtos destes associados, realizando a revenda de insumos e prestando assistência técnica tanto do setor agrícola quanto pecuário. É válido destacar que dentro desse contexto, uma

oportunidade de grande impacto no escoamento da produção dos seus associados, foi a criação de políticas públicas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>3</sup> e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>4</sup> justificado, no papel de redistribuição do Estado. Programas como esse objetivam fomentar e incrementar a produção da agricultura familiar, no país, intermediando a aquisição dos alimentos garantindo preços diferenciados, com relação ao mercado, ou seja, o Estado age de modo a intervir contribuindo na atenuação das problemáticas sociais no campo.

#### 4.1 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA REGIÃO NORDESTE E SUAS ESPECIFICIDADES

O Nordeste brasileiro, que já abordado anteriormente, porém, de maneira introdutória, é caracterizado por ser uma região rica em contrastes e heterogeneidades sejam no clima, na cultura, na vegetação ou na própria tipografia, porém, sobretudo, em termos econômicos.

Tudo indica que no longo período que se estende do último quartel do século XVI ao começo do século XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje. (FURTADO, 2005).

De acordo com (GARCIA, 1984; ARAUJO, 1997 *apud* SILVA, 2003), essa região convive, simultaneamente, com situações de pobreza extrema, típicas de países subdesenvolvidos e com níveis de produção e consumo semelhantes aos dos países de capitalismo avançado. O arcabouço histórico do cooperativismo nordestino não seria capaz de esconder esses contrastes — reproduzindo inevitavelmente, um modelo de instituição associativista excludente e concentradora, que teve em uma estrutura agrária voltada para o latifúndio e, para o setor agroexportador, a fundamentação da sua base.

---

3 O programa que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2017).

4 Por meio do programa, estabelecimentos e órgãos compram alimentos da agricultura familiar sem a necessidade de uma licitação e direcionam a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2020).

Esse formato, conseqüentemente estimulou o surgimento de várias cooperativas com poder e capacidade de influenciar a classe dominante, mantendo em suas composições um grupo de indivíduos que possuíam poder local a favor da ampla maioria dos associados, que, devido um nível social e econômico de vulnerabilidade, optavam por aceitar as orientações determinadas pelo grupo superior, economicamente.

Desse modo, é possível perceber que na formação das cooperativas rurais da região, historicamente, o poder e a autoridade foram utilizados como ferramentas por grupos dominantes economicamente, e não pelos cooperados. Isso explica por que, o cooperativismo nordestino foi identificado como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores (RIOS, 1987; MC INTYRE, 1997 *apud* SILVA, 2003).

Essas questões repercutiram diretamente na esfera da gestão e da comercialização das cooperativas agropecuárias/agrícolas. O carecimento de alguma forma de planejamento fosse no curto ou no médio prazo, somado a uma baixa capacidade de capitalização, levaram a utilização de uma mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação, falta de controle financeiro e contábil, degradingando em baixos níveis de competitividade e de investimento nas cooperativas, especialmente naquelas de pequeno porte.

Entretanto, como afirma (PIRES,1999 *apud* SILVA, 2003) estudos recentes minimizam o peso do contexto sócio-político institucional na dinâmica de algumas experiências, sinalizando a capacidade de capitalização e de concorrência das empresas cooperativas em contextos de pouca tradição das práticas cooperativas. Vale destacar, que essa experiência somente é possível a partir do momento em que se assume um modelo de governança aliado a técnicas empresariais como, aumento da oferta do produto no mercado e adequação às exigências solicitadas por clientes internacionais, por meio de aprimoramento dos processos de qualidade e salubridade dos produtos, e por último, mas não menos importante, a introdução de novas tecnologias.

Certifica-se atualmente, na região nordestina, esforços com objetivo de revitalizar a dinamicidade das práticas cooperativistas por meio de fóruns, em todo território nacional, promovidos pelas organizações do cooperativismo presentes nos estados e pelas universidades, especialmente no tocante à formação dos seus respectivos quadros sociais e a qualificação e

preparo dos seus dirigentes, o que tem contribuído do ponto de vista da resistência na manutenção e no surgimento de novas cooperativas. A tabela abaixo mostra o número de cooperativas agropecuárias instaladas atualmente na região.

**Tabela 1-** Número de cooperativas agropecuárias por estado na região Nordeste em 2020

<b>ESTADO</b>	<b>COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS</b>	<b>%</b>
Alagoas	17	7,5
Bahia	36	15,9
Ceará	30	13,3
Maranhão	7	3,1
Paraíba	35	15,5
Pernambuco	35	15,5
Piauí	30	13,3
Rio Grande do Norte	31	13,7
Sergipe	5	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>226</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria (2021) com dados da OCB (2020)

Conforme os números apresentados na tabela 1, cada vez, um número maior de cooperativas sem embargo da sua localização, necessitarão se capacitar e reelaborar suas práticas populares no processo de auto-gestão, na apropriação do método adequado de gestão organizacional que lhes possibilitem ocupar um lugar de maior visibilidade no mercado local, regional e conseqüentemente nacional. Além dos esforços ligados aos processos de comercialização e autogestão, é válido salientar que atividades e experiências possam ser realizadas nas comunidades rurais junto aos produtores como banco de sementes, consórcios, fundos rotativos e revezamento na execução de atividades para manejo de recursos naturais como a água e pastagem.

#### 4.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia pertence a região nordestina do país e é o maior dentre os demais estados que a compõem.

Até a década de 1950, o perfil econômico do estado estava diretamente ligado a uma série de ciclos agrícolas tradicionais, principalmente no cultivo do açúcar, seguido do fumo, fibras e cacau, todos esses numa ordem cronológica de acordo com suas respectivas importâncias na atividade econômica do estado. Todas essas atividades se desenvolveram numa base

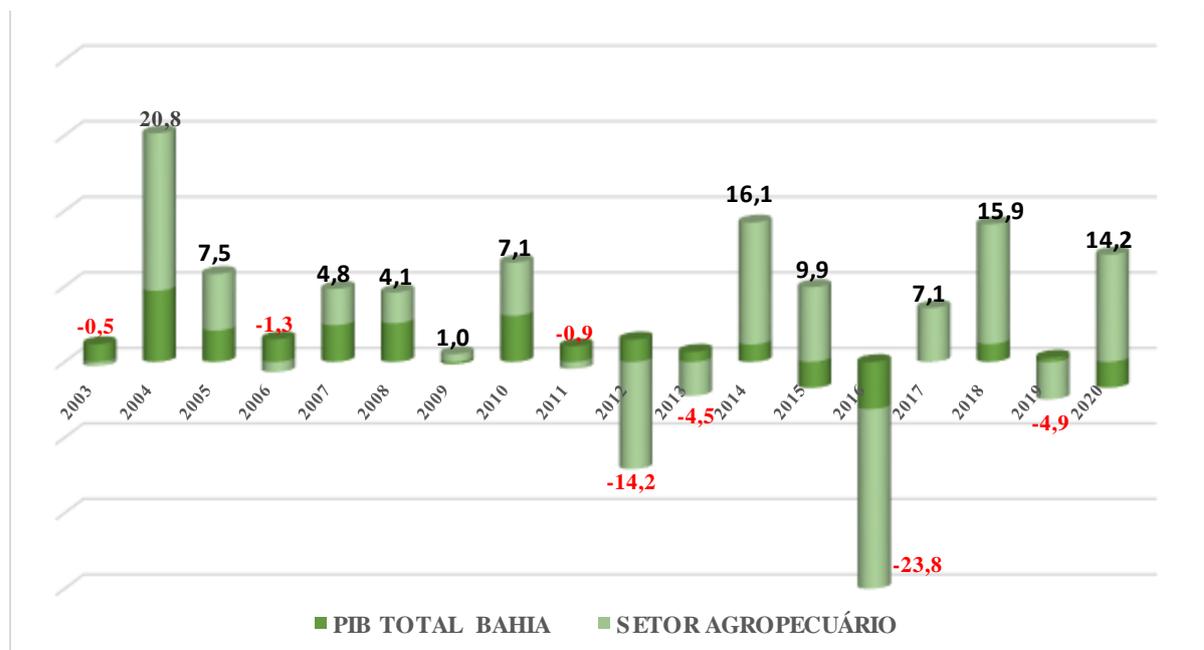
essencialmente fundiária – quase que na sua totalidade em grandes propriedades rurais de cultivo extensivo e rudimentar, ou seja, com pouca participação mecânica na produção.

Responsável por quase 30% do PIB do Nordeste do país, o estado encontra-se entre os sete que mais produzem riqueza em todo território nacional. Os indicadores mais recentes sobre a economia do estado, tornam explícita a extrema importância da participação da Bahia no PIB do brasileiro (BAHIA, 2020).

Segundo Bahia (2020), em 2020 o PIB baiano em valores correntes, totalizou R\$303,3 bilhões, fechando o ano com uma retração de 3,4%, enquanto o PIB brasileiro no mesmo ano totalizou R\$7,4 trilhões, com queda de 4,1% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É válido destacar, que ainda segundo a SEPLAN 14,2% do total acumulado pelo PIB baiano no último ano, é referente à atividade agropecuária do estado.

O Gráfico 4, apresenta uma série histórica com início em 2003 e final no ano de 2020, tornando explícita a forte presença e a importância do setor agropecuário na geração de riqueza para o estado. Desde então, é válido destacar, que o produto interno bruto, não somente do estado, mas de todo o Brasil sofreu forte retração devido à pandemia da COVID-19 que será melhor abordada nos próximos capítulos deste trabalho.

**Gráfico 4-** Participação do setor agropecuário no PIB baiano de 2003 a 2020



Fonte: Elaboração própria (2021) com dados SEI (2020), IBGE (2021)

Em contraste com todo potencial de desenvolvimento e riqueza, o setor rural do estado também é conhecido pela precariedade nas condições de trabalho, decorrentes do uso do extrativismo como sistemas de produção, juntamente com o uso excessivo da mão de obra.

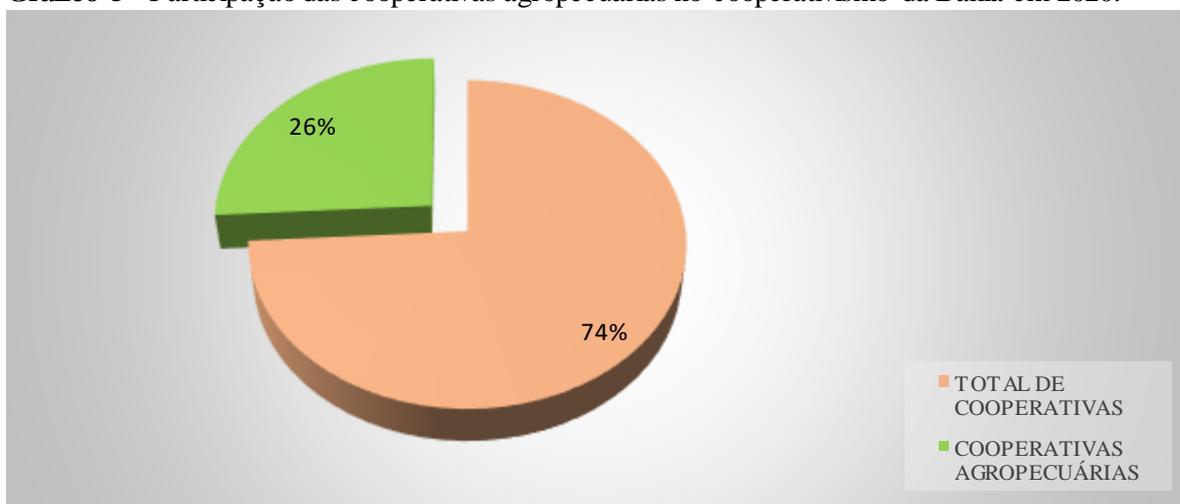
Diferentes cultivos de subsistência estão presentes em todo o território baiano, sobretudo da mandioca, seguida dos grãos (feijão, milho, café) e da banana, ou seja, produtos que compõe a mesa das famílias.

Durante muitos anos, as famílias que residem no interior do estado, especificamente nas comunidades rurais, enfrentaram grandes desafios na produção, distribuição e comercialização dos produtos cultivados. Desafios relacionados aos efeitos negativos do clima, como por exemplo, as secas dificultaram e ainda dificultam na geração de todos esses processos. Além dessas questões, é válido sublinhar a existência da pobreza em um elevado grau, o que aumenta ainda mais a necessidade de se produzir ainda que seja somente para subsistência dessas famílias.

Diante de tantas fragilidades, entraves, gargalos e falta de perspectivas, agricultores e pequenos produtores rurais perceberam a existência da necessidade de apoio mútuo de modo a se associarem e com cooperação entre as produções. Essas são manifestações concretas do cooperativismo.

Segundo dados disponibilizados pela Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB,2021) em 2020, a Bahia possui um total de 70 cooperativas agropecuárias. Destas, 32 encontram-se ativas.

**Gráfico 5** –Participação das cooperativas agropecuárias no cooperativismo da Bahia em 2020.



Fonte: Elaboração própria (2021) com dados da OCB e OCEB (2020)

A Bahia, segundo dados da OCB (2020), atualmente possui 258.453 mil cooperados, desse total, 8.249 mil, representam o total de cooperados do ramo agropecuário no estado de acordo com a OCEB (2020). Ainda de acordo com o órgão, o ramo tem 698 postos de trabalho gerados.

Nesse momento se faz necessária a apresentação da OCEB. O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), é o representante das cooperativas baianas diante do poder público e da sociedade civil, na promoção do exercício cooperativista e na defesa dos seus interesses. É também uma instituição sindical de caráter empregatício segundo os termos da Constituição Federal de 1988, art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em todo território baiano e todas as sociedades de caráter cooperativista desta unidade da federação. (BRASIL,1988).

Na prática, a OCEB presta apoio técnico, cuja a função é dar parecer ao Estado, sempre que isso for relevante para o cooperativismo. A organização pertence a categoria de sociedade civil, sem fins lucrativos, constituindo, portanto, sua importância enquanto unidade estadual da OCB no estado, sem limite ou prazo para sua duração e integrando todos os atuais sete ramos do cooperativismo. O papel das cooperativas nessa perspectiva está em realizar seu registro junto a instituição, seguindo o que é estabelecido por lei.

As cooperativas são obrigadas, para o seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores. (BRASIL, 1971).

Portanto, de acordo com a lei acima citada, as cooperativas têm o dever se registrarem junto ao órgão nacional ou estadual. O Quadro 2, exibe as cooperativas agropecuárias ativas presentes no estado registradas na base de dados da OCEB.

**Quadro 2-** Cooperativas agropecuárias do estado da Bahia em 2020

COOPERATIVAS	MUNICÍPIOS
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DA BAHIA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA MISTA DO MÉDIO RIO PARDO	ITAPETINGA
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA CONQUISTENSE	VITÓRIA DA CONQUISTA
COOPERATIVA DOS PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE LEITE E SEUS DERIVADOS EM JEQUIÉ	JEQUIÉ

COOPERATIVA AGRÍCOLA GANDU	GANDÚ
COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL	TEIXEIRA DE FREITAS
COOPERATIVA NACIONAL DE PRODUÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	ITABERABA
COOPERATIVA OURO VERDE BAHIA	IGRAPIÚNA
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO OESTE DA BAHIA	BARREIRAS
SOCIEDADE COOPERATIVA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DO ROSÁRIO	CORRENTINA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA AGRÍCOLA BARCELONA	BARREIRAS
COOPERATIVA BAHIA OESTE	BARREIRAS
COOPERATIVA DE PRODUTORES AGRÍCOLAS DE RODA VELHA	BARREIRAS
COOPERATIVA DE PRODUTORES DA BAHIA	BARREIRAS
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA BAHIA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE FIBRAS DO NORDESTE	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DA REGIÃO DE GANDU	GANDU
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE GRÃOS DO SEMI ÁRIDO	IRECÊ
COOPERATIVA SER DO SERTÃO	PINTADAS
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES LTDA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO DE PIEMONTE E DIAMANTINA	CAPIM GROSSO
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE FORMOSA DO RIO PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO
COOPERATIVA REGIONAL DE ALIMENTOS BAHIA	PINTADAS
UBAHIA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ALGODÃO	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E TRABALHADORES DA ECONOMIA FAMILIAR DE CAATIBA	CAATIBA
COOPERATIVA DOS CACAUCULTORES DO SUL DA BAHIA	ITABUNA
CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA CAATINGA	JUAZEIRO
TAPICITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS	TAPITAMUTÁ
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SUL DA BAHIA	GANDU
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS UAUA E CURAÇA	UAUÁ

Fonte: Elaboração própria (2021) com dados disponibilizados pela OCEB (2020)

Apesar de possuir em sua base de dados cooperativas atuantes no ramo agropecuário, a OCEB segue as orientações exigidas pela LGPD<sup>5</sup> e por essa razão, somente disponibiliza a relação das cooperativas agropecuárias apresentadas no quadro acima por estarem ativas no exercer das suas atividades. Além disso, vale destacar que apesar da obrigatoriedade do registro exigida por lei, existem cooperativas que ainda que não constam na base de dados da entidade e por essa razão não estão presentes na relação.

---

5 Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.(LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Art. 1º). (BRASIL,2018).

## 5 A PANDEMIA DA COVID-19

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), pandemia é definida como uma enfermidade epidêmica amplamente disseminada. A disseminação referente ao termo, está relacionada a sua distribuição geográfica e não à sua gravidade.

No ano de 2019, mais precisamente do dia 31 de dezembro, a Organização Mundial da Saúde –OMS recebeu alertas sobre um número elevado de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Era referente a um novo tipo de coronavírus antes não identificado em humanos.

Após uma semana, exatamente no dia 07 de janeiro de 2020, as autoridades daquele país anunciaram a confirmação, havia um novo tipo de coronavírus. No final do mesmo mês, a OMS anunciou que o surto do novo coronavírus que é o responsável por causar a doença COVID-19, constituía uma Emergência de Saúde Pública.

Dois meses após a confirmação, portanto, em 11 de março de 2020, a COVID-19 teve suas características definidas pela OMS como pandemia.

Os sintomas da doença variam muito, podendo a pessoa infectada não apresentar de nenhum sintoma até doenças que podem levar a morte. A pessoa pode ser infectada pelo vírus a partir do momento em que outra pessoa infectada, fala, tosse, espirra e ou respira, próximo a outra; a partir disso, o vírus pode entrar pelos olhos, nariz ou boca. A principal forma de disseminação do vírus é pelo ar, quando pessoas estão muito próximas umas das outras, mas também pode se disseminar por meio de superfícies que estejam contaminadas (UNIMED,2020).

A OMS, recomenda medidas preventivas que incluem uso de máscaras faciais, distanciamento social, lavagem das mãos, optar por ambientes ventilados, cobrir a boca ao tossir ou espirrar.

A pandemia deu origem a uma crise sanitária que resultou em todo o mundo, em instabilidade econômica e social, tornando-se a maior recessão econômica mundial desde a Grande Depressão. Além disso, a pandemia tornou ainda mais evidente, uma série de problemas relacionados a questões como discriminação geográfica e racial, direitos individuais e igualdade no acesso a saúde.

No Brasil, a pandemia teve seu início decretado em 26 de fevereiro de 2020, após realização do teste com resultado positivo para a doença em um homem morador da cidade de São Paulo que havia chegado recentemente da Itália.

A partir do primeiro caso positivo, o número de novos casos aumentava, vale salientar, em proporções geométricas no país; o isolamento social e o incentivo à quarentena voluntária foi a principal medida incentivada pelos governos a fim de “achatar a curva” epidemiológica evitando que o vírus se propagasse e viesse a causar um colapso no sistema de saúde, haja vista que isso já havia ocorrido em países da Europa e nos Estados Unidos. Com isso, diversos comércios locais precisaram ser fechados; escolas, universidades e faculdades tiveram suas atividades descontinuadas; na política, o Senado Federal, deu início as suas sessões de maneira virtual, e na saúde, profissionais na linha frente no enfrentamento à COVID-19, perderam suas vidas.

O Brasil que nesse momento, vinha tentando se recuperar da crise econômica de 2014, teve uma previsão de retração logo mês seguinte (Março), o que distanciou ainda mais a possibilidade de uma retomada de crescimento.

A pandemia afetou diversos setores da economia do país (inclusive os de serviços essenciais), acarretando em uma crise socioeconômica, fruto de uma crise sanitária, que seu teve início na China e se alastrou pelo mundo.

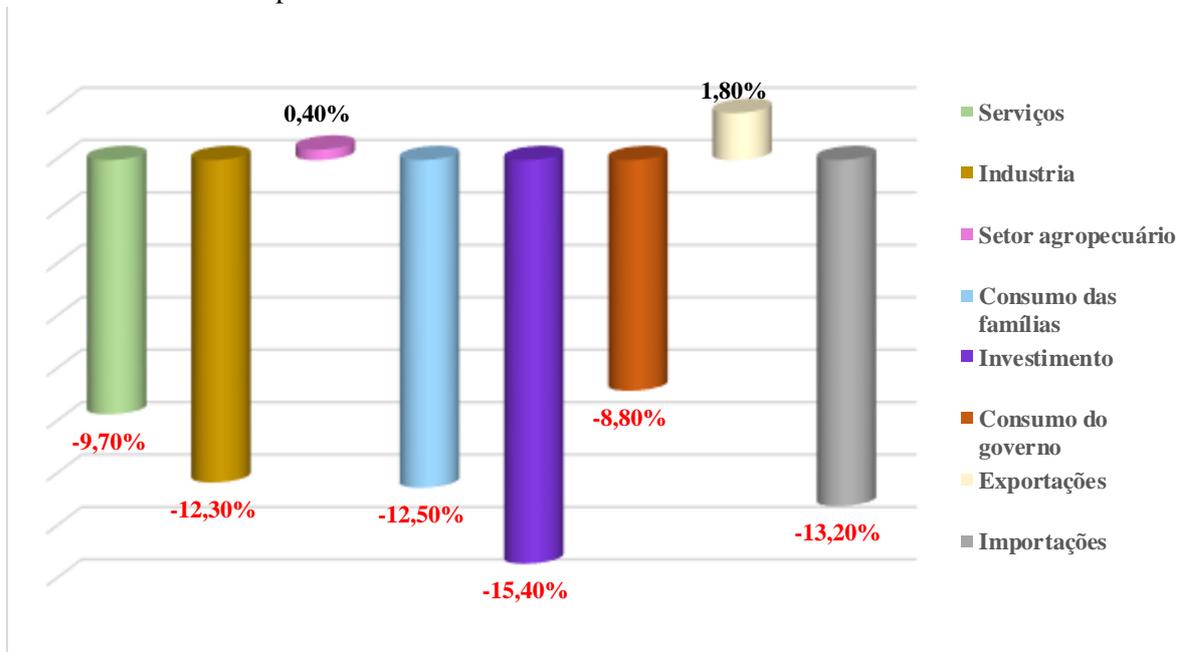
Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informaram que a economia brasileira registrou recuo inédito de 9,7% no segundo trimestre de 2020, quando comparada com o primeiro trimestre do mesmo ano. Esse foi o período onde foi possível perceber com maior intensidade os efeitos da pandemia, não só no Brasil, mas também em outros países (IBGE,2020).

Conforme dados divulgados pela (BAHIA, 2020), pelo lado da oferta, os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre os setores da economia aconteceram de maneira variada. O setor de serviços por exemplo (responsável por mais de 70% do PIB brasileiro) sofreu uma queda de 9,7%. Acentuada pela queda na produção de bens duráveis ou semiduráveis como automóveis, a indústria recuou 12,3%. O setor de bens não-duráveis como alimentos colaborou para que a queda não fosse ainda maior. O único setor que não registrou queda, pelo contrário, registrou crescimento nesse período foi o setor agropecuário com aumento de 0,4%.

Da ótica da demanda, o auxílio emergencial, benefício concedido pelo governo aos desempregados e trabalhadores informais, reduziu a queda do eixo fundamental de sustentação, o consumo das famílias (-12,5%).

O investimento sofreu queda (-15,4%). O consumo do governo também caiu chegando a (-8,8%). O nível das exportações teve uma alta de 1,8%, enquanto as importações caíram 13,2%.

**Gráfico 6** - Efeitos da pandemia do coronavírus sobre os setores econômicos em 2020



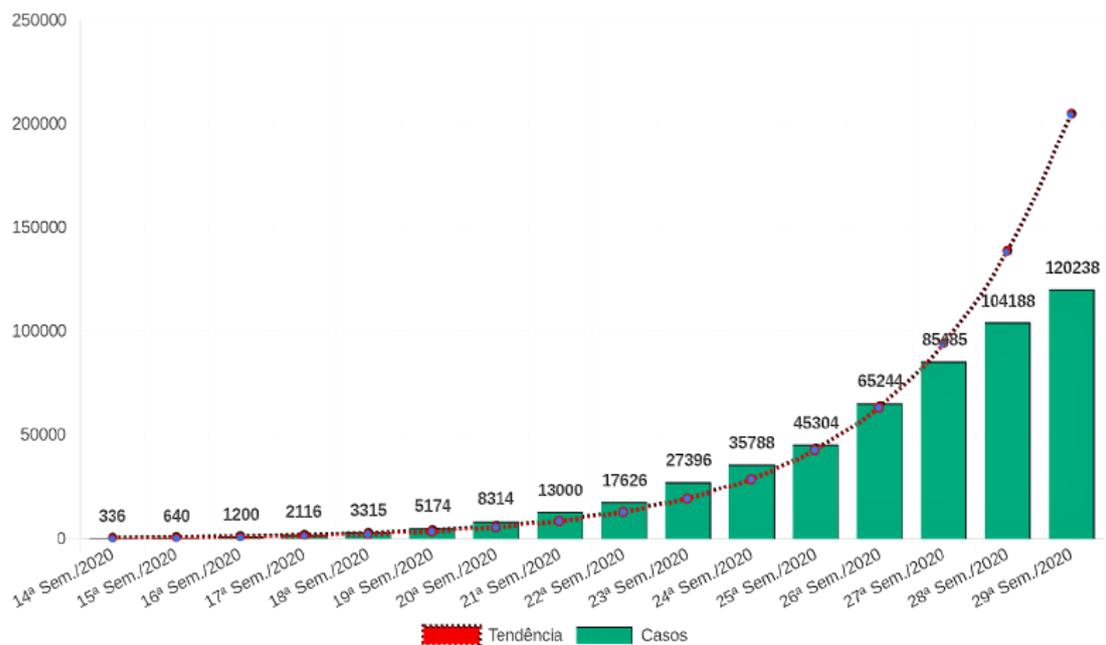
Fonte: Elaboração própria (2021) com dados da Bahia (2020)

### 5.1 A BAHIA E A COVID-19

O estado da Bahia teve seu primeiro caso de COVID-19 confirmado em 06 de março de 2020, na cidade de Feira de Santana, segundo dados divulgados pela Secretaria Estadual da Saúde da Bahia - (SESAB). Era o nono caso confirmado no Brasil e o primeiro da região Nordeste. Tratava-se de um caso importado, assim como, o primeiro caso confirmado no país, onde o homem havia retornado da Itália. O alto grau de contaminação do vírus, provocou o aumento exponencial do número de novos casos confirmados no estado, sobretudo na capital e na região metropolitana.

Como mostra a Figura 1, o auge da pandemia na Bahia ocorreu a partir do segundo trimestre de 2020. Nesse período, os cuidados com o distanciamento social que já vinham sendo adotados pela população, precisaram ser redobrados, impedindo ainda mais o funcionamento das atividades de comércio e de serviço.

**Figura 1-** Distribuição do acumulado de casos confirmados por COVID-19 por semana epidemiológica



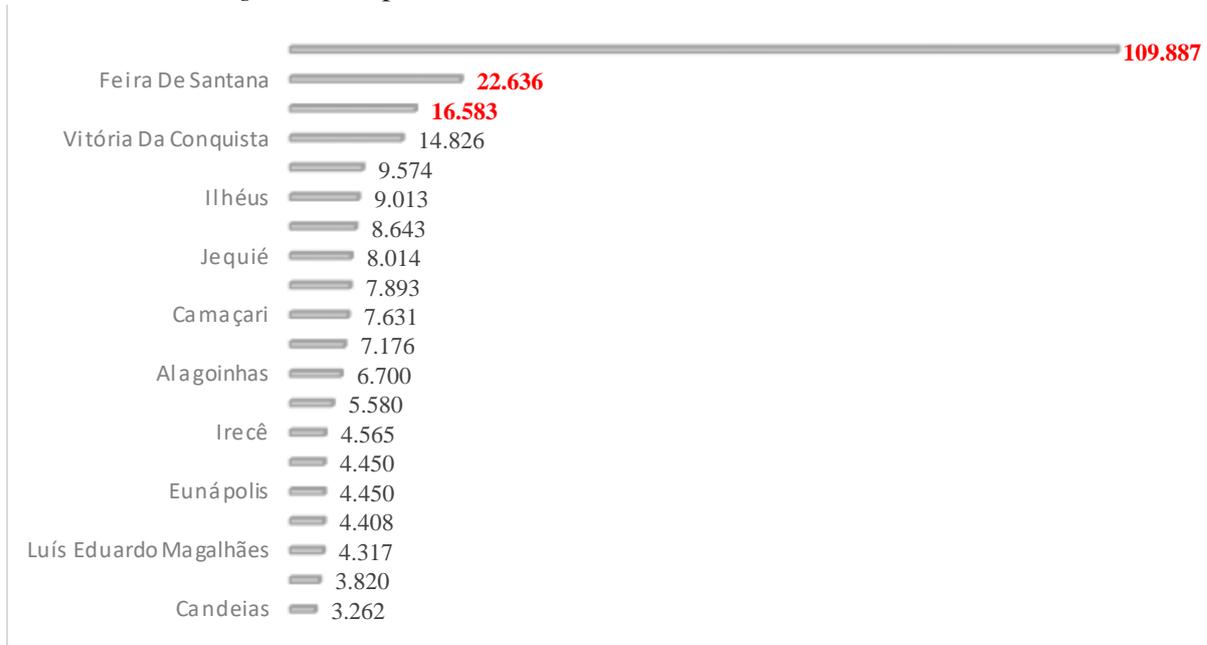
Fonte: Bahia (2020)

Inevitavelmente, as atividades de comércio e serviços declinaram progressivamente principalmente nos meses do segundo trimestre e como consequência afetou de maneira significativa o resultado do PIB baiano. De acordo com a Bahia (2020), no primeiro semestre o resultado negativo foi suavizado pela estabilidade dos três primeiros meses do ano, com queda de 4,4%. O órgão destaca ainda que, devido ao excelente nível de produção agropecuária, a contração do PIB foi menor do que a prevista, ficando esta, responsável por uma fatia significativa da produção total do estado de 27,1%.

A pandemia como é sabido, teve seu início nas capitais e grandes metrópoles do Brasil e muito rapidamente se espalhou para as cidades do interior dos estados. Na Bahia, o comportamento do vírus não foi muito diferente. Como já foi dito, no estado, o primeiro caso confirmado de COVID-19, aconteceu na cidade de Feira de Santana, cidade sede da região metropolitana, que fica localizada a 108 quilômetros da capital baiana. Logo em seguida, novos casos começaram a ser registrados em Salvador (capital do estado) e em outras cidades da região metropolitana, bem como, no interior do estado. Nesse aspecto, é válido salientar que, de acordo com dados apresentados pela secretaria de saúde do estado, 100% dos 417 municípios baianos tiveram casos de COVID-19 confirmados.

As cidades com maior número de casos confirmados de março a dezembro de 2020, na Bahia, foram classificadas no gráfico abaixo com o ranking das 20 cidades baianas atingidas pela COVID-19.

**Gráfico 7 - Ranking dos municípios com maiores números de casos confirmados em 2020**



Fonte: Elaboração própria (2021) com dados Bahia (2021)

O Gráfico 7 torna explícito, que a capital Salvador, liderou o ranking chegando a quase 110 mil casos confirmados de coronavírus, no período que levou em consideração o mês em que foi decretada a pandemia no estado em 2020 e, o último mês do referido ano. Seguida por Feira de Santana com 22.636 mil casos; com 26,74% a menos está a cidade de Itabuna, situada no Sul do estado com 16.583 casos confirmados no mesmo período.

## 6 AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E A COVID-19

Todos os 417 municípios do estado foram atingidos pelo coronavírus, de acordo com dados divulgados pela Bahia (2021). Ou seja, a pandemia alcançou todos as cidades baianas, mudando de diversas formas toda a dinamicidade, fosse ela no aspecto cultural, educacional, nas formas de trabalho ou lazer da população.

No tocante às cooperativas agropecuárias é possível afirmar que o cenário pandêmico causou alterações de forma variada, contudo, as orientações e cuidados sugeridos pela OMS necessitaram e ainda necessitam ser seguidos.

Em 2020 ainda não se encontra na base de dados do órgão responsável pela representação das cooperativas na Bahia, informações que possam mensurar ou quantificar os prejuízos causados pela COVID-19 no cooperativismo agropecuário baiano. Por exemplo, se cooperativas foram fechadas, se o número de cooperados e/ou funcionários foi alterado. Porém alterações nas rotinas de trabalho a fim de que este não fosse interrompido definitivamente foram feitas e serão apresentadas adiante.

Com o objetivo de investigar mudanças no período, tendo como base relatos e informações que pudessem demonstrar e explicar se, e de que forma as rotinas nas cooperativas foram alteradas durante a pandemia do coronavírus, foram selecionadas 4(quatro) cooperativas em quatro territórios identidade diferentes, apresentadas no Quadro 3.

**Quadro 3-** Cooperativas Agropecuárias selecionadas na Bahia em 2020.

<b>COOPERATIVA AGRÍCOLA DE FORMOSA DO RIO PRETO</b>	
	<b>Atividade principal:</b> Cultivo de arroz
	<b>Data de abertura:</b> 17/01/2017
	<b>Presidente:</b> Yeong Ju Shin Yeon
	<b>Diretor:</b> Hyuk Kim
	<b>Diretor:</b> Hang Don Cho
	<b>Número de cooperados:</b> 75
<b>Número de funcionário:</b> 03	

	<p><b>COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA</b></p> <p><b>Atividade principal:</b> Produção e comercialização de abacaxi e frutas desidratadas.</p> <p><b>Data de abertura:</b> 06/03/2001</p> <p><b>Diretor:</b> Manoel da Cruz Santos</p> <p><b>Diretor:</b> Ronaldo Ribeiro de Oliveira</p> <p><b>Diretor:</b> Aderval Queiroz da Silva</p> <p><b>Número de cooperados:</b> 116</p> <p><b>Número de funcionário:</b> 14</p>
	<p><b>COOPERATIVA AGRÍCOLA GANDU</b></p> <p><b>Atividade principal:</b> Comércio Atacadista de cacau</p> <p><b>Data de abertura:</b> 13/09/1985</p> <p><b>Presidente:</b> Marcos Cesar Leal Souza</p> <p><b>Diretor:</b> Valdinei Pereira Barreto</p> <p><b>Número de cooperados:</b> 1.850</p> <p><b>Número de funcionário:</b>16</p>
	<p><b>COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE E SEUS DERIVADOS EM JEQUIÉ</b></p> <p><b>Atividade principal:</b> Preparo do leite e fabricação de laticínios</p> <p><b>Data de abertura:</b> 19/01/1999</p> <p><b>Presidente:</b> Paulo Raimundo Santos Costa</p> <p><b>Diretor:</b> Florisvaldo Muniz dos Santos</p> <p><b>Diretor:</b> Joacy Santos Costa</p> <p><b>Número de cooperados:</b> 20</p> <p><b>Número de funcionários:</b>06</p>

Fonte: Elaboração própria (2021)

Respeitando a ordem na qual as cooperativas estão apresentadas acima: situada na zona rural, na cidade de Formosa do Rio Preto, no Oeste baiano está a Cooperativa Agrícola de Formosa do Rio Preto (COAFOR).

## COAFOR

O município é integrante do território identidade da Bacia do Rio Grande, é o município mais distante da capital do estado. De acordo com a estimativa do IBGE de 2020, sua população era de 25.591 mil habitantes. Ainda de acordo com o órgão, sua principal atividade econômica é a agricultura, com destaque para produção de grãos no cenário estadual e nacional.

O município está entre os cinco principais maiores produtores de soja do Brasil, é o primeiro maior produtor de soja e de algodão do estado, quarto maior produtor de arroz, décimo produtor de milho e 39º maior produtor de feijão.

No que se refere a pandemia da COVID-19, durante o ano de 2020, a Secretaria de Saúde da Bahia registrou um total de 508 casos confirmados em todo município.

Segundo informações fornecidas pela COAFOR, a cooperativa está localizada dentro de uma comunidade de produtores rurais. Trata-se de uma cooperativa jovem, que teve o início das suas atividades em 2017, a partir da necessidade de dar suporte ao grupo de produtores integrantes da comunidade, organizando e otimizando os processos.

A produção atual é fundamentalmente de grãos orgânicos em geral (arroz, soja, milho, gergelim, etc.). Segundo a instituição, o motivo que justifica a produção e comercialização de grãos é a crescente demanda no mercado de alimentos, sobretudo orgânicos, ou seja, a principal motivação está em produzir de modo sustentável, preservando o meio ambiente sem esquecer da saúde.

Por residir em comunidade, o principal objetivo ao produzir inicialmente era alimentar a própria comunidade. A partir do momento em que a produção passou a crescer, foi necessário estabelecer uma forma de se organizar que pudesse viabilizar a comercialização do excedente, foi a vez então da cooperativa atuar.

A instituição, portanto, oferece suporte aos produtores (produção e distribuição), comercializa negociando o excedente de cereais e sementes diretamente com compradores de grãos e, beneficia realizando a, limpeza, secagem e o armazenamento dos grãos.

Atualmente, toda produção é destinada ao mercado interno. No passado já houve comercialização para outro estado, e existe a pretensão de exportar no futuro, contudo, hoje o que é produzido é consumido pela própria comunidade.

Sobre os impactos da COVID-19 na comunidade onde está instalada a cooperativa; as informações fornecidas são de que a agricultura da região foi minimamente impactada pelo coronavírus. Em nenhum momento as atividades foram paralisadas. Houve mudança na dinâmica de funcionamento como funcionários trabalhando em *home office* e de maneira híbrida, mas sem grandes alterações nas suas rotinas.

*Os funcionários que ficaram híbridos e em home office aqui, tinham todo um cuidado e como eles são orientais, são coreanos, eles já tinham estabelecido; já era estabelecido um regime de higiene, distanciamento social, não tem essa coisa do brasileiro de estar se tocando se abraçando e os poucos funcionários que ficaram híbridos como eu, e alguns aqui como tratorista e maquinários; a gente seguiu um protocolo de segurança sanitário que funcionou. (COAFOR, 2021).*

Como já foi dito no relato acima, a comunidade é composta quase que na sua totalidade por coreanos, que já haviam estabelecido na rotina das práticas exercidas, protocolos com a higiene, controle de acesso (funcionários que precisavam sair para compra de insumos), distanciamento social (comum na da própria cultura), dentre outros. O resultado segundo as informações é que a comunidade conseguiu se isolar, ninguém na cooperativa se contaminou. Vale sublinhar que são poucas pessoas, e que respeitaram a principal medida tomada na comunidade que foi a de isolamento. As informações prestadas enfatizaram no fato de se tratar de uma produção dentro de uma comunidade, foi possível de isolar e por isso não terem registrado nenhum caso de COVID-19 dentro de uma comunidade de quase 700 pessoas.

*A vivência da pandemia no interior da Bahia é muito diferente das capitais. Aqui quando veio chegar a subir o número de casos, o Brasil todo já estava todo contaminado, entendeu? Então aqui pra gente chegou por último, em Formosa do Rio Preto, os casos de COVID-19 quando vieram chegar aqui, já estava matando aí fora e o número de casos daqui não foi tão grande por ser interior, por ser muito longe da capital. Então foi uma dinâmica bem diferente então a convivência nossa com COVID-19 foi bem diferente mesmo. Eu acho que do resto do mundo mesmo. (COAFOR, 2021).*

## COOPAITA

Localizada no município de Itaberaba, está a Cooperativa Agroindustrial de Itaberaba (COOPAITA). O nome da cidade tem origem na junção do termo tupi (*ita*) e (*beraba*) que

significa “pedra brilhante”. A cidade está localizada a 275 km de Salvador no território identidade Piemonte do Paraguaçu, na região semiárida do estado.

Segundo estimativa do IBGE em 2020, o município possui cerca de 64.646 habitantes.

O município, por possuir um forte comércio com indústria de móveis, calçados, alimentos etc., é considerado um dos principais centros comerciais da Bahia. A agricultura também se faz presente, contudo, nem sempre foi assim. Devido ao clima da região (semiárido) com altas temperaturas, escassez e irregularidades na frequência de chuva, cultivar não era uma tarefa simples. Por essa razão, durante muito tempo, mais precisamente até a década de 80, a tradição do município era pecuária de caprinos, ovinos e a pecuária de corte bovina extensiva. Contudo, ainda durante a mesma década a pecuária passou por um forte período de seca e a produção de abacaxi foi introduzida a fim de cobrir essa falha que havia gerado queda na renda e ocupar a mão de obra.

Os primeiros plantios foram feitos por agricultores da região, que encontraram muitos desafios. Hoje, a cidade é referência estadual no cultivo do abacaxi e a COOPAITA também faz parte disso.

Com suas atividades iniciadas em 2001, a cooperativa foi criada a partir da união de um grupo de produtores com um objetivo central: organizar e fortalecer a produção e a comercialização de abacaxi da espécie pérola que era produzido por agricultores familiares da cidade. Atualmente a cooperativa comercializa a fruta (abacaxi pérola) e possui uma agroindústria de desidratação de frutas que utiliza a produção de agricultores familiares da região.

De acordo com informações fornecidas, a COOPAITA possui uma estrutura de atendimento nacional e internacional de maneira indireta (indústrias que adquirem, processam e exportam para vários países) caso haja a necessidade. Além disso estão atuantes, participando frequentemente de grandes feiras de negócios em todo o país.

Com a chegada da pandemia da COVID-19, a cooperativa precisou se reinventar. Com o fechamento de grande parte do comércio, muitos dos seus clientes, sobretudo, as lojas de produtos naturais, a cooperativa se viu obrigada a reduzir seus custos de modo geral e passou a realizar estudos de viabilidade de negócio. Mas não foi somente isso, novas técnicas de comercialização foram adotadas. Segundo as informações, as ferramentas fundamentais nesse processo foram a internet para a utilização de serviço remoto, e a comercialização dos seus produtos *on line* e via aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

Com relação as mudanças para cumprimento das atividades e os cuidados com o coronavírus, a instituição executou suas atividades com os funcionários em *home office* quando este se fez necessário.

Atualmente o foco da COOPAITA está voltado em recuperar os parceiros comerciais perdidos durante esse período da pandemia e retomar o crescimento.

## COOPAG

O território de Baixo Sul está situado na região nordeste do estado e é composto por 14 cidades, dentre elas, a cidade de Gandu. O município tem extensão territorial pequena e fica a 290 km da capital do estado e de acordo com a última estimativa do IBGE (2020) a cidade possuía 32.778 habitantes. O comércio e o cultivo do cacau são as principais fontes de renda da população.

Pouco antes dos anos 80, o município foi fortemente abalado economicamente devido à crise do cacau e encontrou no cooperativismo um aliado no enfrentamento das dificuldades e para driblar a crise e retomar a economia da região. Atualmente a Cooperativa Agrícola Gandu (COOPAG), é a principal cooperativa da região e tem como principal atividade a compra e venda de amêndoas de cacau e insumos agrícolas.

Fundada em 13 de maio de 1985, a cooperativa foi criada a partir do inconformismo de um grupo de 21 produtores de cacau, diante do mecanismo de venda da produção. Na prática os produtores se viam excluídos dos lucros gerados nesse processo e com isso, buscaram formas de pudessem viabilizar o então objetivo, retirar os atravessadores/intermediários presentes na cadeia de distribuição do produto (amêndoa de cacau). Além desse objetivo, existia um outros não menos importante, permitir a compra de insumos agropecuários como por exemplo adubos a preços reduzidos a partir momento em que se comprava em grande quantidade.

Nesse momento, se faz necessário explicar a essência do cooperativismo na prática, a partir de como se dá a relação cooperativa e agricultor/produtor, tendo como base mais uma cooperativa, a COOPAG.

Entre o produtor e a indústria existe um caminho percorrido pela matéria prima. Nesse caminho, estão presentes os intermediários (empresas) que adquirem diretamente do produtor, o produto, que tem como destino geralmente, a indústria. É exatamente nesse momento onde entra o papel

cooperativa agropecuária. Ao invés do intermediário comprar esse produto e levá-lo para a indústria, a cooperativa é quem o adquire e o destina, à indústria. A grande diferença está em um fator fundamental, o lucro. No caminho percorrido pela matéria prima com a existência de intermediários que não sejam as cooperativas, todo o lucro é da empresa intermediadora desse processo; já quando esse intermediador se trata de uma cooperativa, os lucros são repartidos entre os cooperados que podem decidir em assembleia, embolsar esse lucro ou incorporá-lo a instituição.

É exatamente este o mecanismo adotado pela COOPAG, o cooperado/produtor de cacau, vende as amêndoas para a cooperativa e essa por sua vez, vende a matéria prima já processada para a indústria. Além disso, no que se refere às contribuições, a cooperativa faz todos os recolhimentos exigidos por lei - recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias.

Segundo as informações fornecida pela instituição, atualmente os destinos das amêndoas de cacau são para 03(três) indústrias moageiras multinacionais, a saber: Barry Callebaut, Cargill e Olam, estas empresas estão entre as líderes do mercado de cacau a nível nacional e internacional. Além do cacau, a cooperativa comercializa insumos (adubos) e ferramentas em geral, utilizadas pelos produtores da região.

*São mais de 5 mil itens na loja, então literalmente tudo que o produtor precisa tanto para estrutura do cacau, secagem, colheita, ou para outra cultura que ele tenha como graviola ou banana; seja lá o que ele tiver ele consegue comprar tudo na cooperativa. (COOPAG, 2021).*

No passado, a cooperativa já foi ligada a cooperativa central, Cooper Cacau, porém, essa decretou falência e a partir disso a COOPAG se tornou a única cooperativa do sistema central que sobrevive ao mercado; devido a um grupo de funcionários e associados dedicados, gestões comprometidas com a instituição, o que explica sua existência há 36 anos.

Referente aos padrões utilizados na comercialização, a cooperativa funciona da seguinte forma: não é a cooperativa que vai até o produtor comprar o cacau, mas sim, o cooperado é quem vai até a cooperativa vendê-lo. Caso ele não seja um cooperado, ele não consegue vender a matéria prima, pois, todas as informações fazem parte de um sistema interno, como um cadastro, que somente autoriza a compra de cooperados. Então, o responsável pelo depósito/estoque, recebe o cacau e confere no sistema, confere os dados (número de registro do cooperado) e só depois disso, esse cacau é automaticamente lançado no sistema, esse processo é chamado pela cooperativa de “cacau balança”. Além dessa, existem mais outras duas formas de

comercialização: O cooperado também tem a opção de deixar as amêndoas de cacau na cooperativa como se fosse uma opção de armazenamento que não sua propriedade, e realizar a venda no momento da sua preferência, essa técnica é chamada de “cacau à ordem”, porque o cooperado dessa forma possui a ordem que autoriza a venda do cacau. A terceira forma acontece por meio de um contrato para entrega futura, no qual o produtor, solicita um tipo de crédito com valor referente à uma saca de cacau (uma arroba), esse valor é então cedido e o produtor o devolve em forma de cacau; em outras palavras, ele pega o pagamento adiantado e quando ele colhe o cacau ele leva até a cooperativa e paga. Paga, portanto, com a própria matéria-prima.

Como já foi mencionado anteriormente, o cacau tem como destino a indústria, mais especificamente moageiras multinacionais. O destino, portanto, diferentemente dos apresentados até aqui, como feiras e estabelecimentos locais, no caso da COOPAG, o destino é a indústria de cacau. No passado, as amêndoas de cacau também tiveram como destino a exportação, para Itália. Porém, segundo as informações fornecidas, o resultado não foi compensador devido o preço pelo qual era comercializado.

*Nesse momento também não compensa tanto, por conta do preço do dólar, mas a gente tá aguardando mais um momento para quem sabe futuramente voltarmos a exportar. (COOPAG, 2021).*

A pandemia da COVID-19 alterou e impactou de muitas formas o cotidiano da COOPAG.

*A Pandemia foi um momento difícil para gente porque a cidade aqui, como várias outras no país tinha barreira fitossanitária. (COOPAG, 2021).*

As barreiras fitossanitárias são barreiras não tarifárias aplicadas por meio do Estado, sobre os produtos importados, impedindo a entrada, justificada pela possibilidade contaminação biológica de plantas e ou animais através de insetos, bactérias, fungos etc. No setor agrícola, as medidas fitossanitárias, tem como objetivo principal, proteger a vida e a saúde humana e dos animais e , a sanidade vegetal através de normas, procedimentos e controles utilizados no comércio internacional de produtos agrícolas, assegurando assim, a qualidade e a inocuidade dos alimentos exportados e protegendo o território nacional de possíveis pragas e doenças oriundas de outras regiões .

Diante do exposto, é possível descrever como o enfrentamento a COVID-19 mudou as técnicas de comercialização da cooperativa em questão. O governo do estado, juntamente com as

prefeituras dos municípios do território baiano estabeleceram, o uso de barreiras fitossanitárias, a fim de evitar a proliferação do coronavírus por meio da população que até então se deslocava livremente de um município para o outro. A medida impedia que os habitantes das cidades vizinhas pudessem entrar em outras cidades, principalmente através da suspensão da circulação dos ônibus intermunicipais. Nesse momento, a COOPAG precisou adotar novos métodos para evitar a suspensão total das atividades.

*A gente conseguiu junto à prefeitura por exemplo e aos órgãos competentes com relação a vigilância sanitária que, o cooperado por exemplo, que viesse com cacau, aguardasse na fronteira da cidade e eu ia até a margem da BR com o carro pegava esse Cacau e trazia até a cooperativa já que a gente ficou um período fechado também. Nos casos onde a demanda era algum produto, eles ligavam pra loja (cooperativa) faziam o pedido e eu fazia a entrega ou, outro funcionário, a gente fazia a entrega, porque normalmente a gente não entrega a mercadoria, o produtor é quem compra e leva. Porém na pandemia, o produtor tinha a opção de comprar por telefone e, em 90% dos casos 95% talvez até 100%, eu ia até a barreira fitossanitária e entregava os produtos. (COOPAG, 2021).*

Durante esse período de pandemia, com diversos estabelecimentos comerciais fechados na região, a cooperativa estabeleceu regime de funcionamento especial, e reduziu pela metade a carga horária dos funcionários, atendendo a medida provisória do governo federal que autorizava as instituições empregadoras, o pagamento de metade do salário e a outra parte ficava a cargo do governo.

Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito das relações de trabalho. (BRASIL, 2021).

*Então foi um momento difícil, nós ficamos uns 3 ou 4 meses nessa situação, mas graças a Deus a pandemia passou tudo voltou a normalidade, passou não, está passando e as coisas estão voltando a normalidade. (COOPAG,2021).*

Após a chegada da pandemia, novas técnicas foram adotadas a fim de facilitar e tornar mais viável a comercialização. A internet passou a ser a principal ferramenta utilizada para este fim.

O uso da rede social *Instagram* e do aplicativo de mensagens *WhatsApp* se tornaram os principais instrumentos de divulgação dos produtos, promoções e de suporte aos produtores.

*Hoje basicamente qualquer zona rural, tem internet. Então o cooperado, ele vai lá (no aplicativo) para saber informação do preço do cacau, alguma promoção que tem na cooperativa, de adubo por exemplo, e aí ele vai liga, reserva o produto dele, quando ele vier até a rua (centro da cidade) no final de semana, geralmente produtor vem até a cidade às sextas e sábados, então ele vai retirar sua compra. (COOPAG,2021).*

A cooperativa tem se organizado e se capacitado para evoluir ainda mais através do uso da internet. O uso do comércio eletrônico o, *e-commerce*, faz parte dos planos futuros da instituição, bem como o uso de inovações na organização da cooperativa, haja vista que sua fundação ocorreu na década de 80.

## COOPEDILJ

Do tupi: *jequi*, cesto com formato de funil utilizado como armadilha para peixes, também podendo ser chamado de jequiá, jiqui, juquiá ou simplesmente jequié. O município de Jequié está localizado no território identidade do Médio Rio de Contas, na região sudoeste (entre a zona da mata e a caatinga) do estado da Bahia a 365 km de distância da capital, Salvador. Conforme as últimas estimativas do IBGE (2021), sua população era de 156.277 mil habitantes.

O que compunha a base do desenvolvimento da cidade, era a agricultura e a pecuária. Hoje, Jequié possui diversidade produtiva no tocante a agricultura com a produção de café, cana-de-açúcar, frutas e sobretudo cacau. Na pecuária, os alicerces estão principalmente na criação de bovinos e caprinos, utilizados principalmente na produção do leite seus derivados.

Acerca da COVID-19, de acordo com dados divulgados pela Bahia (2020), de março a dezembro de 2020, o total de casos confirmados na cidade era de 8.014, o que representa 1,65% do total de casos confirmados no estado e 5,13% do total de casos na população da cidade, no referido ano. Os números apresentados, tornam explícito o alcance da pandemia nas cidades baianas, especificamente Jequié, e o impacto causado em todos os setores socioeconômicos, inclusive no cooperativismo.

A Cooperativa dos Produtores de Leite e seus derivados em Jequié (COOPEDILJ), foi fundada em janeiro de 1999 a partir de uma necessidade, a não comercialização do leite *in natura*, ou seja, a pasteurização do leite. De maneira prática, o processo de pasteurização do leite, consiste em elevar o líquido à altas temperaturas durante alguns segundos resfria-lo logo em seguida. Esse processo é fundamentalmente importante na eliminação micro-organismos responsáveis pela deterioração do leite inclusive os patogênicos aos seres humanos, garantindo assim, um alimento saudável à população.

A principal atividade da COOPEDILJ, portanto, é a comercialização do leite pasteurizado e semidesnatado que antes era vendido sem passar pelo processo, o que não favorecia a sua comercialização e seu consumo de forma segura. Os principais destinos do leite produzido pela cooperativa são os mercados de alimentação e de confeitaria, escolas (através de programas do governo), fábricas e sorveterias da própria região.

Durante a pandemia da COVID-19, conforme informações fornecidas pela cooperativa, as técnicas utilizadas na comercialização não mudaram, entretanto, houve uma queda expressiva na demanda pelo produto, acarretando na redução do volume vendido quando comparado com períodos anteriores. Contudo, a instituição não relatou ter havido, perdas ou desperdícios do produto diante da queda da procura pelo alimento. Ainda segundo as informações coletadas, não houve nenhum novo tipo de técnica adota para a comercialização do produto, frente às mudanças causadas pela pandemia.

## 7 METODOLOGIA

Por definição, metodologia é a forma utilizada com o objetivo de concluir o objetivo da pesquisa, na perspectiva acadêmica (RAMPAZOO, 2005).

A presente pesquisa teve como base das suas análises, o conglomerado de métodos utilizados de acordo com os princípios da teoria caracterizada como estudo múltiplo de casos (YIN, 2015). Segundo o autor, um estudo de caso busca compreender a natureza de um fenômeno contemporâneo e social em seu mundo real sob o qual, não há controle.

Seguindo as diretrizes acima, a pesquisa foi elaborada originalmente via referências bibliográficas sobre os temas, através de leitura, seleção e compreensão de livros, trabalhos acadêmicos, vídeos e sites.

As cooperativas foram escolhidas a partir do território de identidade a fim de diversificar a visão multidimensional do desenvolvimento, a saber: Bacia do Rio Grande, Baixo Sul, Médio Rio de Contas e Piemonte do Paraguaçu.

Portanto, as cooperativas, foram escolhidas para analisar o impacto da Covid-19 nas instituições de acordo com as regiões, analisando os diferentes elementos sociais, culturais, econômicos e políticos. A intenção inicial era fazer uma visita *in loco*, mas a pandemia restringiu.

A parcela investigativa do conteúdo apresentado no trabalho, foi realizada por meio de questionário composto por 6 (seis) perguntas diretamente relacionadas às atividades comerciais e de trabalho das instituições e os impactos da COVID-19 nas suas respectivas rotinas, apresentados no quadro abaixo:

### **Quadro 4-** Questionário aplicado às cooperativas agropecuárias selecionadas em 2020.

- 1-Quando e por que nasceu a cooperativa? Havia algum objetivo central?
- 2-O que a cooperativa comercializa e por quê comercializam?
- 3-Antes da fundação da cooperativa, qual era o destino (o que era feito) com a matéria prima utilizada no produto que comercializado hoje?
- 4-Sobre as técnicas e padrões utilizados para a comercialização, de que forma funcionam? Qual o destino dos produtos? Feiras, mercados, exportação?
- 5-Durante a pandemia de Covid-19, as técnicas utilizadas na comercialização mudaram? Se sim, de que forma?

<b>6-Quais as novas técnicas adotadas para a comercialização?</b>
---

Fonte: Elaboração própria (2021)

O questionário foi respondido pelos gestores das instituições via *e-mail* e aplicativo de mensagens, *WhatsApp*, utilizando a função gravação de áudio. Vale destacar, que as respostas possuem pouca semelhança entre si, bem como o condensado de informações, haja vista que os integrantes da pesquisa, possuem diferentes áreas de formação e de atuação dentro da instituição, bem como o tempo de experiência profissional na cooperativa.

A intensão inicial, na etapa que compreende a aplicação do questionário, era de realização das visitas *in loco*, ou seja, visitar pessoalmente cada uma das cooperativas selecionadas. Contudo, as recomendações no combate a pandemia, orientadas pela OMS, no período que compreende o início e o final da pesquisa, restringiu essas possibilidades, tornando inviável o deslocamento até as regiões.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como foco central, as cooperativas agropecuárias do estado da Bahia em 2020 e a COVID-19, especificamente no período que compreende o seu início no estado (março de 2020) até o final do 4º trimestre, do ano em questão. A finalidade, era de obter informações que fossem capazes de responder a seguinte pergunta: A COVID-19 impactou as cooperativas agropecuárias da Bahia em 2020?

Para isso, o trabalho estabeleceu um universo investigativo composto por 04 (quatro) diferentes cooperativas agropecuárias, registradas na OCEB, com *status* de funcionamento, ativo.

A investigação permitiu concluir que sim, as cooperativas foram impactadas com os efeitos da pandemia do novo coronavírus, contudo, em diferentes proporções, principalmente devido as diferenças existentes entre elas que vão desde o tipo de cultivo até o número de cooperados e funcionários. Vale destacar que o nível e a qualidade das informações fornecidas, influenciaram na profundidade na investigação. O impacto também variou entre maior e menor grau de acordo com a região do estado onde a cooperativa está situada, ou seja, as cooperativas localizadas nas regiões distantes dos grandes centros tiveram menor impacto e o contrário também se aplica.

Das quatro cooperativas investigadas apenas duas se aproximam dos ideários iniciais do cooperativismo no mundo.

Das cooperativas selecionadas para a investigação, nenhuma relatou perdas ou prejuízos com relação a produção, contudo, houve unanimidade quanto à necessidade e em alguns momentos a dificuldade de adaptação às rotinas de trabalho, seguindo os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Metade das cooperativas relataram que os maiores impactos na comercialização dos seus produtos foram causados pela perda de clientes, aos quais era destinada a produção, uma vez que estes fecharam as portas diante dos prejuízos financeiros decorrentes da chegada da pandemia na região. Outro resultado interessante é que, na tentativa de planejar e inovar as formas de trabalho, após a chegada da COVID-19, as cooperativas passaram a utilizar numa proporção bastante elevada os serviços de internet (principalmente na forma de trabalho *home office*), e aplicativos, fosse para viabilizar a comunicação entre os cooperados e funcionários e ou para divulgação e venda de produtos e insumos agrícolas.

No período que compreende a pesquisa, não foi possível ter acesso a dados atuais referentes ao impacto da pandemia sobre o número de cooperados, número de funcionários e de cooperativas agropecuárias (ativas ou inativas) nos registros da OCEB.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, Morris. Cooperative organizations as an engine of equitable rural economic development. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 3, n. 1, p. 14-23, 2015.

BACELAR, Tânia. A “**questão regional**” e a “**questão nordestina**”: Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: [S.n], 2000. p. 71, cap. 4.

BAHIA confirma primeiro caso importado do Novo Coronavírus (COVID-19). Salvador: SESAB, 2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/03/06/bahia-confirma-primeiro-caso-importado-do-novo-coronavirus-COVID-19/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Evolução da economia, diz SEPLAN sobre crescimento de 6,7% do PIB baiano**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/2021/09/2563/Evolucao-da-economia-diz-Sepplan-sobre-crescimento-de-67-do-PIB-baiano.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BAHIA. Secretaria de Saúde. **Boletins epidemiológicos Bahia-COVID-19/ 2020**. Disponível em: <https://coronavirus.bahia.fiocruz.br/boletins-epidemiologicos-secretaria-de-saude-do-estado-da-bahia-sesab-julho/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BARREIRA fitossanitária. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Barreira\\_fitossanit%C3%A1ria#:~:text=Barreiras%20fitossanit%C3%A1rias%20fazem%20parte%20do,%20insectos%20etc.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Barreira_fitossanit%C3%A1ria#:~:text=Barreiras%20fitossanit%C3%A1rias%20fazem%20parte%20do,%20insectos%20etc.). Acesso em: 21 nov. 2021.

BRAINLY. **Processo de pasteurização do leite**. São Paulo- SP. FUVEST, 2001. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/17070270>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 22.229, de 19 de dezembro de 1932**. Dispõe sobre as sociedades cooperativas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d22239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d22239.htm). Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Dispõe da lei geral de proteção de dados (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro 1971**. Dispõe da política nacional do cooperativismo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm). Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19867.htm). Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. Medida Provisória. Nº 1.045, de 27 de abril 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 78, n.1, abril, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CALGARO, Rosane. Cooperativismo brasileiro: hibridismo e contradições na caminhada das cooperativas. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 2, n. 2, p. 100-112, 2016.

CAMPOS JR, Luís de Castro. **O cooperativismo no Vale do Paranapanema**: estudo das cooperativas Rio-grandense, agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota (1980-1995). São Paulo-SP: Arte & Ciência, 2000.

CANO, Wilson. **Celso Furtado e a questão regional no Brasil**: Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 93-120, cap. 5.

CONFIRA os destaques dos impactos da COVID-19 na conjuntura econômica da Bahia. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3278:confira-os-destaques-dos-impactos-da-COVID-19-na-conjuntura-economica-da-bahia-7&catid=10&Itemid=565](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3278:confira-os-destaques-dos-impactos-da-COVID-19-na-conjuntura-economica-da-bahia-7&catid=10&Itemid=565). Acesso em: 01 nov. 2021.

CORONAVÍRUS. Disponível em: <https://bi.saude.ba.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 18 nov. 2021

COVID-19, a retomada econômica da Bahia. Disponível em: [https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/publicacoes/outros/COVID\\_a\\_retomada\\_economica\\_da\\_bahia\\_28102020.pdf](https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/publicacoes/outros/COVID_a_retomada_economica_da_bahia_28102020.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. **Cadernos Associativismo, Cooperativismo e Economia solidária no Meio Rural**, v.5, n. 23, jan. 2006. Disponível em: [https://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1188901427657\\_869857229\\_8449/Caderno%2023.pdf#page=13](https://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1188901427657_869857229_8449/Caderno%2023.pdf#page=13). Acesso em: 17 out. 2021.

EMBRAPA. **Pesquisa e extensão rural transformam Itaberaba em maior produtor de abacaxi da Bahia**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17863210/pesquisa-e-extensao-rural-transformam-itaberaba-em-maior-produtor-de-abacaxi-da-bahia>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FARIAS, Gracielle de Carvalho. Inovações tecnológicas e suas contribuições para uma agropecuária sustentável. Semana de Agronomia. *In*: PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES NOS PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO, 9., 2020, Vitória da Conquista, Bahia. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: SEAGRUS, 2020.

FORMOSA do Rio Preto. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Formosa\\_do\\_Rio\\_Preto&oldid=62471456](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Formosa_do_Rio_Preto&oldid=62471456). Acesso em: 22 nov. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo- SP: Companhia Editora Nacional, 2005.

ITABERABA. Prefeitura. **Itaberaba**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaberaba>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ITABERABA. Prefeitura. **Dados municipais**. Disponível em: <https://itaberaba.ba.gov.br/dados-municipais/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

JEQUIÉ. Prefeitura municipal. **Economia**. Disponível em: <http://pmjequie.ba.ipmbrasil.org.br/dados-municipais?content=economia>. Acesso em: 25. nov. 2021.

LOPES, Rosana Rezende. O cooperativismo como oportunidade de negócios na comercialização do produto agrícola. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO*, 8., 2016, Porto Alegre-RS. **Anais[...]**. Belo Horizonte: UFRGS,2016.

OCB. **Anuário do cooperativismo**. Brasília, 2020.

OCB. **Ramos do cooperativismo**. Brasília, 2020.

OCB. **Sistema OCEB informações sobre cooperativas legais**. 2020.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo no capitalismo- uma análise do controle do Estado no espaço agrário (From the Rochdale pioner to the cooperativism and associativism insid capitalism—an alanlysis of the state...). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 14, n. 1, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/COVID19/historico-da-pandemia-COVID-19>. Acesso em: 28 out. 2021.

ORIGENS do cooperativismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iFYAiMyA9DQ&t=201s>. Acesso em: 29 set. 2021.

PANDEMIA de COVID-19 no Brasil. . *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia\\_de\\_COVID-19\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_no_Brasil). Acesso em: 05 nov. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Cenário brasileiro**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/>. Acesso em:03 out. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do cooperativismo**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>. Acesso em: 30 set. 2021.

RADAR CONECTA. **Cooperativas de infraestrutura: protagonismo nacional**. Disponível em: <https://coconnecta.me/cooperativas-de-infraestrutura-protagonismo-nacional/>. Acesso em: 30 set. 2021

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REBELO, João. **O papel das cooperativas agrícolas de comercialização/transformação em mercados agrícolas imperfeitos**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra- Portugal. 1997. 9 p. (Notas econômicas).

ROVER, Oscar José; RIEPE, Ademir de Jesus. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 38, jul. 2016.

SANTOS, Aderbal Souza. **Cooperativismo e análise de balanços avaliando caso das cooperativas agropecuárias do estado da Bahia**. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SEPULCRI, Odílio; TRENTO, Edison José. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. Curitiba: Instituto Emater, 2010.

SILVA, Emanuel Sampaio *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista UniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SOARES, Luís Antônio Silva; PIRES, Maria Luiza Lins Silva. Análise dos processos de crise nas cooperativas agrícolas do Nordeste do Brasil. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 12, p. 83-110, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo-SP: Fundação Perseu Abramo, 2018.

UNIMED. **Coronavírus e COVID-19: perguntas e respostas**. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/viver-bem/saude-em-pauta/coronavirus-e-covid-19-perguntas-e-respostas>. Acesso em: 20 nov. 2021.

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do COVID-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. Brasília-DF: IPEA, 2020.

VIEIRA, José Augusto Gomes; PEREIRA, Heider Felipe Silva; PEREIRA, Wilton Ney do Amaral. Histórico do sistema financeiro nacional. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 2, p. 17-17, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.